



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: RUBINHO NUNES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12-12-2023

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Exposição em língua indígena
- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** - Bom dia a todas e a todos. Presentes a Vereadora Silva da Bancada Feminista, o Vereador Arselino Tatto, o Vereador Fabio Riva e o Vereador Rodrigo Goulart. Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 78ª audiência pública, no ano de 2023.

Informo que essa reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline), e também pelo *YouTube* no canal da Rede Câmara SP, *Facebook* da Câmara Municipal de São Paulo e TV Câmara Canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 27 de novembro no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*; no dia 28 de novembro no jornal *O Estado de S.Paulo* e no dia 1º de dezembro no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo e também podem ser feitas, a partir deste momento, durante o período de 30 minutos junto à Secretaria da Comissão, aqui à esquerda da Mesa e à direita, para quem olha da Mesa.

Foram convidados para esta audiência: Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Há algum representante? (Pausa) Não. Sr. Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras. Há algum representante? (Pausa) Não. Sr. Fabricio Cobra Arbex, Secretário da Casa Civil. Há algum representante? (Pausa) Não. Sr. Rodrigo Pimentel Ravena, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Há algum representante? (Pausa) Não. Sr. Milton Vieira, Secretário Municipal da Habitação. Há algum representante? (Pausa) Também não. Dr. Marcus Vinícius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Há algum representante? (Pausa) Não. Dr. Mario Sarrubbo, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Há algum representante? (Pausa) Também não. Dr. Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral. Há algum representante? (Pausa) Também todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em geral.

Passemos à pauta da 30ª Audiência Pública do PL 586/2023 do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes. Dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, visando à compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023, revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão do seu artigo 126, e dá outras providências”.

Então, passo aqui a presidência ao Vereador Presidente e presente aqui nesta audiência, Rubinho Nunes.

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Muito obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Bom dia a todos. Peço desculpas pelo breve atraso. Infelizmente, algumas reuniões da manhã acabaram atrasando.

Como nós temos uma fila grande de inscrições, para garantir o direito de todos que estão na fila para se inscrever, vamos iniciar pelos inscritos *on-line*. Iniciando pela Sra. Adriana Levisky, Conselheira da AsBEA-SP (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura de São Paulo).

Lembrando a todos que o prazo de manifestação é improrrogável de 3 minutos, e dado o alto número de inscritos, ele será respeitado rigorosamente. Sra. Adriana Levisky, a senhora tem a palavra.

**A SRA. ADRIANA LEVISKY** - Bom dia a todos.

Estou aqui com a Associação Brasileira e tenho um tema para abordar.

- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sra. Adriana, a senhora nos ouve? Eu acho que houve um problema de conexão. Se a senhora estiver nos ouvindo, faça algum gesto, por gentileza. Sra. Adriana? Eu acho que o problema é nosso, na verdade.

Pessoal da equipe técnica, o problema é na nossa conexão ou da Sra. Adriana?  
(Pausa) Na nossa. Eu vou suspender a audiência por 5 minutos, para que possa se reestabelecer a conexão e garantir a participação.

Obrigado.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos, sob a presidência do Sr. Rubinho Nunes.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - De toda forma, o tempo das inscrições continua correndo, está bem? (Pausa)

Acho que foi reestabelecida a conexão.

Sra. Adriana, a senhora nos ouve?

**A SRA. ADRIANA LEVISKY** - Ouço, sim. Os senhores me ouvem?

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sim. Vou reestabelecer o tempo da senhora. A senhora tem 3 minutos. Obrigado pela presença, Sra. Adriana.

**A SRA. ADRIANA LEVISKY** – Obrigada. Cumprimento a todos. Bom dia.

Eu represento aqui a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura e, a cada audiência, nós temos escolhido alguns artigos do substitutivo para abordar, tentando colaborar com uma melhor compreensão e aplicabilidade das questões.

Então, hoje, nós escolhemos aqui o artigo 44 do substitutivo, que se refere aos polos geradores de tráfego. O substitutivo trouxe um tema muito importante, que é regulamentar, nos usos mistos, quando que os empreendimentos são classificados como polos geradores de tráfego.

A forma como, no seu § 3º, incisos I e II, o substitutivo propõe esse enquadramento, é muito complicado de aplicar, de garantir a aplicabilidade.

Rapidamente, para explicar. Ele define um número de vagas residenciais e um número de vagas não residenciais, separadamente. Sempre que a gente tiver um empreendimento que uma dessas vagas, ou residencial ou não residencial, estiver abaixo da

linha de corte, a gente não sabe o que fazer com isso. Tem uma aplicação confusa.

Então, a nossa sugestão é que haja um número único, que seja considerado para os empreendimentos de uso misto, e aqui, no caso, seria no inciso I, 620 vagas, e no inciso II, 780 vagas. Aí, caberá ao projeto arbitrar se essas vagas vão ser mais residenciais ou não residenciais. Dessa maneira, a gente tem uma regra clara para ser aplicada.

Então, acho que era essa a minha contribuição. Eu agradeço a oportunidade.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Muito obrigado, Sra. Adriana. Para intercalar entre os inscritos e os *on-line*, como foi sugerido aqui, vou chamar já o primeiro inscrito presencial, o senhor Dionísio Malheiro, munícipe. Lembrando a todos que estão presenciais que, caso queiram fazer utilização do microfone à nossa esquerda, à nossa direita ou à tribuna, fique à vontade. Se o Sr. Roberto Castro Mello, munícipe, já quiser se organizar, ele será o próximo. Sr. Dionísio, obrigado pela presença. O senhor tem a palavra.

**O SR. DIONÍSIO MALHEIRO** - Bom dia. Bom dia, Rubinho. Bom dia, Rodrigo. Bom dia, Silvia. Bom dia, Sansão. Bom dia a todos que estão na mesa.

Eu gostaria de começar pedindo a atenção do Rubinho e do Rodrigo. Na primeira audiência que teve aqui na Câmara, vocês prometeram que iam tentar consertar todos os erros dos planos diretores anteriores. Foram algumas coisas corrigidas já no Zoneamento. Ontem, vocês disseram que, mais uma vez, eles tentaram fazer vocês engolir uma liminar. Em 24 horas, vocês cassaram essa liminar. Espero que vocês, hoje, que à tarde vai ter a reunião, defendam, como se fossem os nossos direitos, a minha reivindicação.

Ninguém aqui sabe o que é morar em uma avenida que passam 40 mil carros, que você demora uma hora para entrar na sua casa, e estão querendo transformar esse quarteirão em uma zona residencial, onde há 70 anos é uma zona comercial. Estou pedindo que seja uma ZCOR 3. É muito fácil, para quem mora em um bairro, transformar uma avenida comercial em uma residência. Quem está no bairro, não sabe o que é morar lá dentro. Eu morei lá dentro, eu morei lá dentro, eu não conseguia entrar na minha casa. Eu estou pedindo isso para que seja

corrigido esse item. De um lado, a Avenida Morumbi, de outro lado, a Rua Baltazar Fernandes. Por favor, consertem esse erro.

Em janeiro de 2023, este ano, eu fui à Sempla. Tem um estudo previsto para desapropriar quatro metros da minha propriedade para transformar aquela rua, que a gente está pedindo para que seja comercial, para fazer um retorno na Avenida Morumbi. Gostaria muito que vocês pensassem um pouco e me ajudassem a resolver esse problema. É um problema de 70 anos, que é um imóvel comercial. Nas duas últimas leis de Zoneamento, eles se esqueceram. Esqueceram-se. Existe uma lei, existe uma defesa minha, pública, que eu fiz na Sempla e que foi deferida, com todos os engenheiros, com todos os engenheiros da Prefeitura.

Gostaria muito que vocês fizessem isso. Muito obrigado. Diferente... Eu não quero construir prédio, eu não quero construir nada, eu não quero eixo, eu não quero nada. Eu quero que se mantenha o que é de direito de um cidadão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Dionísio, obrigado pelas contribuições. Agora, inscritos no *chat*, Sra. Marta da Silva Ardito, munícipe.

**A SRA. MARTA DA SILVA ARDITO** - Bom dia.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Bom dia, Sra. Marta. Obrigado pela presença. A senhora tem a palavra. Sra. Marta, o seu microfone está mutado. Se a senhora puder ativar o microfone.

**A SRA. MARTA DA SILVA ARDITO** - Eu já liberei meu microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Pronto, agora estamos ouvindo. A senhora tem a palavra.

**A SRA. MARTA DA SILVA ARDITO** - Está certo. Bom dia a todos. Mais uma vez venho nesta última audiência, antes da votação, solicitar uma correção nos mapas que foram apresentados inicialmente, que é a inclusão de ZEU na quadra 46 do setor 38.

Esse é o pleito pela ocupação democrática da cidade. Conforme exposto nas audiências anteriores, observamos um engano na interpretação dessa quadra, que é a quadra 46 do setor

38. Essa quadra não é a quadra 32 do mesmo setor. A quadra 46 do setor 38 está inclusa na distância de 700 metros do Metrô Paraíso e possui as mesmas características de outras duas quadras na ampliação de ZEU, que são as quadras 33 e a quadra 34.

Ela possui as mesmas características de distância, caminhabilidade e declive, em especial a quadra 33, que se relaciona com o metrô, não o Paraíso. Do Paraíso ela está até mais distante do que 700 metros. Inclusive, possui vilas no seu interior, o que não acontece com a quadra do setor 38. Essa não inclusão dificulta a ocupação democrática da cidade, especialmente nas áreas centrais dotadas de infraestrutura. Impede o adensamento de umas poucas áreas com os previstos pertinentes. Transformar essa quadra seria a transição entre a zona mista, que está sendo mantida, e a ZEU ampliada subsequente. A gente conseguiria fazer uma transição entre estes dois zoneamentos. Esse é o meu pleito e espero que concedam.

Muito obrigada. Um excelente trabalho a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Marta.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Tem a palavra, Vereador Goulart.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Sra. Marta, qual o setor, que eu ouvi as quadras aqui, mas o setor eu não entendi.

**A SRA. MARTA DA SILVA ARDITO** - É a quadra ... (Falha na transmissão) ... setor 30.

**O SR. RODRIGO GOULART** - Falhou, Marta, desculpa, repete.

**A SRA. MARTA DA SILVA ARDITO** - É a quadra ... (Falha na transmissão) ... setor 30 e ... (Falha na transmissão) ...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Marta, você pode falar novamente? Quadra?

**A SRA. MARTA DA SILVA ARDITO** - 46.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Setor?

**A SRA. MARTA DA SILVA ARDITO** - 38.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Perfeito.

**O SR. RODRIGO GOULART** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Muito obrigado. Bom, agora para os inscritos presenciais, Sr. Roberto Castro Mello, munícipe. (Pausa) O próximo presencial será a Kátia Cohn, munícipe também, se já quisesse se dirigir. Sr. Roberto, o senhor tem a palavra. Obrigado pela presença.

**O SR. ROBERTO CASTRO MELLO** - Obrigado. Eu queria, na realidade, estou vindo aqui reforçar um pouco a minha manifestação.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Sr. Roberto, se o senhor puder falar próximo ao microfone.

**O SR. ROBERTO CASTRO MELLO** - Pois não. Eu estou vindo reforçar um pouco a minha manifestação de ontem, na audiência da manhã, referente às quadras F31, F34 e à quadra F36 do setor 21, que são lindas a ZEPAM e o Parque da Água Branca.

Há uma proposta de transformá-las em ZEU, e eu queria alertar para uma questão que não é só desse local, mas de toda a cidade de São Paulo, que é a questão da saturação da infraestrutura e do sistema de transporte. Quer dizer, o adensamento pelo adensamento, ele tem que gerar e ter condições de fluir dentro dos eixos. Agora, se esses eixos não têm capacidade de atender hoje, quanto mais duplicado esse adensamento.

Na região, já se nota perfeitamente toda a intermitência do sistema de energia elétrica. A luz oscila o tempo todo. O que está acontecendo em Perdizes é o que nós estamos vendo em Pinheiros, com uma velocidade ainda maior.

Então, a ideia é que não se seja contra a questão de uma renovação urbana, mas uma renovação urbana com critérios, com cuidado. Então, tanto na parte elétrica quanto na parte de esgoto, por exemplo, toda a região de infraestrutura dessa região tem pelo menos meio século. Como ela vai aguentar todo esse adensamento?

E isso é um problema, e eu lembro que eu fiz parte do Conselho Municipal de Política Urbana, como representante do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, e uma das questões que eu sempre alertei é como cuidar da realidade da infraestrutura de saneamento e energia, que são áreas que estão afetadas ao Estado. E mesmo



quando privatizadas, o privado não tem recursos infinitos para aguentar uma demanda desse tamanho.

Então, além disso, há a questão da proteção da ZEPAM, que eu reforço. E outra questão que eu peço atenção, e vou deixar aqui na relatoria, é que na quadra 34, há um conjunto de residências com acesso a ruas que estão inclusive cercadas...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Para concluir, Sr. Roberto, por gentileza.

**O SR. ROBERTO CASTRO MELLO** - ...com portão, que não estão colocadas como vila. Então, era mais para fazer isso e defender também a questão do valor imaterial da paisagem.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Perfeito, Sr. Roberto. Muito obrigado. Agradeço também a sugestão de intercalar, achei bastante inteligente.

Eu peço desculpas pela interrupção, mas, dado o alto número de inscritos, eu vou sempre interromper quando der três minutos exatos. Ok, obrigado.

Indo para os inscritos online, Sra. Marcia Krasnikovicius Crespo, da Pompeia Sem Medo. Se eventualmente pronunciei o nome errado, eu peço desculpas. Sra. Marta Krasnikovicius está ausente. Próximo inscrito pelo sistema *chat*, Sra. Gisela Luiza Campiglia, administradora.

**A SRA. GISELA LUIZA CAMPIGLIA** - Muito boa tarde a todos. Estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Estamos ouvindo, Sra. Gisela. Obrigado pela presença. A senhora tem a palavra.

**A SRA. GISELA LUIZA CAMPIGLIA** - O meu pedido é retirar o meu imóvel da marcação de tombamento na Rua Cristiano Viana, número 404, Cerqueira César, e alterar essa mesma localidade para ZEU.

Eu moro há 50 anos aqui no bairro de Pinheiros e fiquei surpresa ao descobrir pelo *Diário Oficial* que o meu imóvel estava marcado para o tombamento, sendo que não tem carácter ... (Falha na transmissão) ... A fachada já foi reformada, ele já perdeu ... (Falha na transmissão) ...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Sra. Gisela, está oscilando a conexão.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**A SRA. GISELA LUIZA CAMPIGLIA** - Eu tenho a minha frente...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sra. Gisela, a senhora me ouviu?

**A SRA. GISELA LUIZA CAMPIGLIA** - ...um prédio de 25 andares e ao meu lado direito outro prédio de 20 andares. É gostoso ter a obra do lado? Não é. Mas a gente precisa compreender que a cidade se desenvolve. A gente não pode morar na terceira maior cidade do mundo e querer que a arquitetura se mantenha como no século passado.

Então a gente tem que compreender que as coisas mudam. Não dá para a gente querer que as coisas continuem iguais porque o tempo não para. O tempo está passando. E São Paulo é uma cidade muito populosa. Fora isso, essa região está localizada entre a que tem os maiores empregos qualificados da cidade. E Pinheiros é a região da zona Oeste com o menor adensamento da cidade. Da cidade não, da zona Oeste.

Então o que aconteceu? O governo investiu bilhões de reais para criar toda uma infraestrutura para que a população possa morar perto do trabalho, mais qualidade de vida, menos poluição e fez toda essa coisa.

De repente, as associações do bairro de Pinheiros, que não me representam, entraram com essa ação, acharam uma brecha, para que seja um patrimônio histórico. Por quê? Porque a verdade é que os anseios dessas pessoas não são anseios elevados, como preservar a cultura, a arte, esse tipo de coisa. O que elas querem é usufruir de toda essa infraestrutura, onde o governo gastou tempo, energia e dinheiro e se beneficiar disso, mas impedir (*Falha na transmissão*).

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sra. Gisela.

**A SRA. GISELA LUIZA CAMPIGLIA** – Então, o que eu gostaria (*Falha na transmissão*) em São Paulo, do lado da Paulista, (*Falha na transmissão*) de um lugar que é supervalorizado, supermovimentado e cheio de emprego, não dá para ficar achando que não pode (*Falha na transmissão*). Se quer morar num (*Falha na transmissão*), tem que mudar para o interior, não é aqui que você vai morar, do lado da Avenida Paulista. Entende?

Outra coisa (*Falha na transmissão*) é que eu trabalho há 27 anos em dois empregos para conseguir ter o meu imóvel, e é uma invasão na vida financeira de famílias sair tombando o

imóvel dos outros, sem ser consultado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sra. Gisela, para concluir, por gentileza.

**A SRA. GISELA LUIZA CAMPIGLIA** – Porque, caso haja o tombamento, imediatamente o valor do imóvel vai cair pela metade e só Deus sabe se alguém vai querer comprar um imóvel tombado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Eu peço para que suspenda a conexão dela, porque, se ela não escuta, pelo menos corta. Está encerrado o prazo da Sra. Gisela.

Tem a palavra a Sra. Kátia Cohn, munícipe.

**A SRA. KÁTIA COHN** – Bom dia. São muitas as questões de ordem de grandeza diferentes. A gente precisa ter muita calma e tentar ir adequando e respondendo tudo o que é necessário.

Minha questão é muito simples, é sobre a Quadra 130, Setor 11: Rua Goiás, 91. A Rua Goiás, ninguém conhece em Higienópolis; conhece as ruas Ceará, Pará, Rio de Janeiro. A Rua Goiás é uma rua pequena, que é um corredor, é uma ZCOR 1. Quem passar lá, vai ver todas as casas vazias, ou com ocupação irregular, porque o que a gente precisa é de comércio. Lá tem casas, tem prédios, mas precisa de comércio. Então, eu peço que se analise, eu já mandei tudo o que era necessário para transformar ZCor 1 em ZCOR 3.

Se fosse ZCOR 2, já ajudaria, mas em ZCOR 3 pode ter uma padaria, uma farmácia, alguma coisa para aquele pedaço que, à noite, fica muito estranho, porque está vazio. A gente precisa ter esse convívio. Então, é só essa a minha solicitação. Mandei toda a documentação.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sra. Kátia. Próximo inscrito, pelo sistema virtual, é o Sr. César Antonio Ortiz.

**O SR. CÉSAR ANTONIO ORTIZ** – Boa tarde a todos. Meu nome é César Ortiz, eu moro em São Paulo há 70 anos, sou dos tradicionais “quatrocentão”. Nasci em janeiro de 1954 e sempre morei aqui. Trabalhei em serviço público, dei minha contribuição, conheço bastante de transporte.

O meu questionamento é em relação a critérios de tombamento. Isso tem que haver uma previsão para isso que proteja os munícipes. Não sou contra tombamento, eu acho que ele preserva a cultura. Eu sou contra tombamento sem critérios.

Moro na Rua Cristiano Viana, num prédio de dois andares, com nove apartamentos, todos os moradores com 20 até 40 anos no prédio; este, com menos de 60 anos, foi tombado e não fui informado. Ninguém veio perguntar para a gente. Aqui não há nada para ser tombado.

Estávamos em algumas pessoas que moram ali há muito tempo, não tem elevador no prédio, e duas senhoras (*Falha na transmissão*) como iniciou o processo de venda, (*Falha na transmissão*) agora elas não têm dinheiro para pagar outro apartamento porque não finalizou o processo de venda do prédio, porque foi tombado.

Estamos seguindo o Código de Construção, a legislação está sendo discutida; o que for definido, nós vamos fazer. Agora, não pode ter uma situação, e a lei não pode permitir isso, em que um cidadão chegue aqui ou uma entidade chegue aqui e tombe; inclusive, por conta de falar que abaixo-assinado. Eu não assinei, ninguém me procurou para vir assinar. E a Prefeitura deveria verificar quantos imóveis dessas pessoas que assinaram o abaixo-assinado foram tombados, ou se eles colocaram seus imóveis para tombamento.

Ouvi uma entrevista do jornalista Raul Lores, um especialista em cidade, e a opinião dele é muito clara sobre adensamento, sobre investimento na região para transporte e sobre baixa ocupação. Eu acho que todos deviam tomar conhecimento disso, e nós estamos à disposição acreditando que o Escadão que vai ser tombado, entre outras coisas, tem que ser tombado mesmo, mas tem que ter critério; nós não podemos ficar à mercê, como cidadão, e ficar esperando não sei até quando para resolver essa questão.

Então, a minha solicitação é a seguinte: não deixe na mão de um grupo de pessoas de abaixo-assinado uma mudança...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Para concluir, Sr. César, por gentileza.

**O SR. CÉSAR ANTONIO ORTIZ** – (*Falha na transmissão*) radicalmente com nossas vidas. Quem vai resolver o problema dessa vez...?

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. César. Está encerrado o tempo do senhor.

Tem a palavra a Sra. Maria Olinda, Guarani Mbya. É isso?

Estão encerradas as inscrições. Sra. Maria, obrigado pela presença. A senhora tem a palavra. O próximo presencial será a Sra. Araju Apolinário Martim, que será após o convidado pelo sistema *Teams*.

**A SRA. MARIA OLINDA** – Bom dia a todos e a todas. Eu venho reivindicar e falar um pouquinho da questão do meio ambiente, porque o nosso território Jaraguá, TI Jaraguá, do Pico do Jaraguá, está sofrendo muitas ameaças de vários empresários que estão querendo desmatar a nossa mata.

Já afundaram, já encobriram nascentes, já derrubaram árvores de mais de 70 anos, mataram vários animais; e a gente não aceita isso, o povo Guarani não aceita isso. São vidas que foram tiradas do nosso território.

Então, eu peço aqui a todos, principalmente para o pessoal da Mesa, a quem eu quero agradecer, que pense no nosso povo, que estude com carinho, porque o único braço de Mata Atlântica que existe em São Paulo é o Pico do Jaraguá; e porque nós, indígenas, estamos lá.

A gente quer salvar as nascentes, a gente não quer encobrir. Nós, indígenas, não destruimos, nós construímos. Então, eu quero dizer para todos que ponham a mão na consciência: Por que nós estamos sofrendo? Não só nós, o mundo está sofrendo violência da natureza. O mundo, as crianças do futuro, as de várias pessoas que estão aqui, vão sofrer as consequências; porque a natureza, quando ela vem, não vem para brincar, ela vem para derrubar.

Pensem no meio ambiente. Existem tantos lugares para a construção de casas e prédios, vários lugares; não precisa ser junto a uma aldeia indígena, um território indígena. Deixem-nos em paz, queremos paz.

A gente quer proteger a natureza, porque a gente quer paz, não queremos briga com

ninguém, não. Porque terra não tem valor, terra não dá dinheiro para ninguém. Quando Deus deixou a terra, ele não falou que era um pedaço de um e um pedaço de outro, é tudo a natureza. Então, vamos pensar, gente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Para concluir, Sra. Maria, por gentileza.

**A SRA. MARIA OLINDA** – Eu quero agradecer.

Eu vou entregar a vocês esse documento na Mesa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sra. Maria.

Tem a palavra a Sra. Eveny Tamaki, arquiteta da Tamaki Arquitetura. Sra. Eveny?

**A SRA. EVENY TAMAKI** – Alô. Vocês me ouvem?

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sim, estamos ouvindo, mas está um pouco baixo o som. Se a senhora puder aumentar.

**A SRA. EVENY TAMAKI** – Alô. Vocês me ouvem?

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sim, sim.

Obrigado pela presença, Sra. Eveny.

A senhora tem a palavra.

**A SRA. EVENY TAMAKI** – Muito obrigada.

Meu nome é Eveny Tamaki, sou arquiteta e urbanista. Gostaria de parabenizar a Câmara, o Relator, toda a Comissão. Agradeço a oportunidade. E quero falar sobre quatro sugestões.

Sobre o art. 148: incluir mais um inciso, além da revisão do inc. IV.

A minha sugestão seria: “Desobedecido o fechamento administrativo, o imóvel passará a constar como irregular; e sua regularização dependerá da anuência de dois terços dos vizinhos da mesma quadra ou da empresa loteadora ou da associação de moradores”.

Sobre o Quadro 4 – Parâmetros de Ocupação –: acrescentar a segunda (*Falha*) para toda a ZCOR. Junto às divisas para lotes em ZR, deverá ser preservado o recuo de três metros (*Falha*) a partir da altura de quatro metros de altura.

Para o Quadro 4 – Usos Permitidos por zonas –, sobre a nota g: a minha sugestão

seria manter a proibição para o uso nR1-13. E já para o uso nR1-2, comércio de alimentação para até cem pessoas, proibir, com exceção do atendimento de algumas das condições: em existência de outro estabelecimento nR1-2 na mesma quadra ou autorização de pelo menos dois terços dos vizinhos da mesma quadra, ou autorização da associação de moradores, ou autorização da empresa loteadora.

E a minha última contribuição, sobre o art. 76, é melhorar a redação, para que fique claro que aumentos de mais de 50% de área construída, independentemente se tiverem ou não alteração de área ocupada, também precisarão atender a cota ambiental.

Seria isso. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sra. Eveny.

Sra. Araju Apolinário Martim, guarani.

- Saudação feita em língua indígena.

**A SRA. ARAJU APOLINÁRIO MARTIM** – Bom dia a todos.

Meu nome é Araju. Estou aqui enquanto mulher indígena, corpo-território e mãe. Estou aqui para dizer eu espero que se mantenha a presença indígena nesses espaços de decisões. E, na votação, sejam levados em consideração os impactos que vão acontecer em nosso território, o Pico do Jaraguá, se as áreas que são ZEIS não se tornarem ZEPAM.

Eu espero que realmente se tornem ZEPAM porque nós precisamos preservar o resto de natureza que ainda tem em São Paulo. São essas pequenas áreas que são áreas de amortecimento, o pouco que resta do bioma Mata Atlântica. E precisamos garantir que haja a continuidade de biodiversidade, de vida, da natureza, de nós, seres humanos. A nossa luta não é só pelo povo indígena, a luta é pela vida. Vida de nós todos. Porque sem a natureza, sem a preservação do meio ambiente, quem é que vai conseguir continuar aqui? (Palmas)

Todos nós estamos vendo as mudanças climáticas. Todos nós estamos sentindo os impactos.

Alguns senhores que estão aqui podem não sentir tanto na pele e pensar só em números, em questão de pensar no capital, mas nós pensamos em números no nosso território,

mas em números de quantidade de anos que nós vamos poder ainda continuar sobrevivendo, em quantas gerações ainda vão poder vir depois de nós.

Então, espero que sejam respeitados os direitos; leis que já são aprovados para nós, povos indígenas, de consulta livre, prévia e informada, para que haja construções perto dos nossos territórios, de saber quais são os impactos que vão trazer para as nossas comunidades. Não é só o impacto ambiental, mas também o impacto pela nossa cultura, pela nossa espiritualidade. E precisamos garantir que os nossos direitos sejam respeitados.

Eu estou aqui hoje para reforçar e para exigir que isso seja respeitado. (Palmas)

- A oradora encerra a fala com palavras indígenas.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sra. Araju.

Sr. Jailton dos Reis, consultor de imóveis. (Pausa) O Sr. Jailton dos Reis, consultor de imóveis, está ausente. Sra. Elaine Guedes, do Coletivo de Moradores dos Jardins. O próximo a se manifestar na Câmara será o Sr. Francisco Eduardo Brito, da Associação Vila Mariana. Se o Sr. Francisco já quiser ficar por *ali*, fique à vontade.

Tem a palavra, Sra. Elaine. Obrigado pela presença.

**A SRA. ELAINE GUEDES** – Muito obrigada. Bom dia a todos.

Eu vim para solicitar que não sejam feitas alterações no zoneamento da região dos Jardins. Isso impacta toda a cidade de São Paulo.

Eu gostaria de falar que a ganância exacerbada das construtoras e de todos que estão querendo derrubar o solo, às vezes, construir até seis andares de subsolo, traz consequências negativas. Isso não é legal.

E também eu gostaria de dizer que seria muito interessante que as autoridades presentes tomassem ciência que o restaurante Urus, localizado na Praça Rússia, colocou mesas e cadeiras na praça, impedindo o uso do espaço pelos munícipes. É um restaurante que está usando o solo público da nossa cidade para ter lucro dentro dos Jardins.

Também existem animais silvestres.

Existe um pica-pau-de-cabeça-amarela, que está em extinção, que mora ali, pertinho,



entre a Av. Paulista, nos Jardins, e a Marginal Pinheiros. E nenhum estudo de impacto de trânsito ou ambiental foi feito.

Então, é uma grande responsabilidade de todos aqui presentes e também das autoridades que sejam feitos estudos. Enfim, temos professores que podem dirigir isso na USP – Universidade de São Paulo.

Toda a nossa cidade está sendo bombardeada pela ganância. E é o Condephaat, é a Câmara Municipal, é no estado. Enfim, nós, paulistas, paulistanos, vamos sofrer muito. Por quê? Porque essas pessoas que estão nos representando estão votando contra os munícipes.

A sensação que nós temos é que nós sofreremos muito mesmo na parte ambiental, na parte da Sabesp, por exemplo, do esgoto.

O CA'D'Oro Office, que construiu seis andares de subsolo, tem problema de esgoto – vazava esgoto lá dentro. Tudo isso precisa ser estudado. Não dá para simplesmente chegar e demolir tudo, sem pensar na responsabilidade.

Nós temos histórias. São Paulo é uma cidade que tem a sua história. São Paulo tem os seus moradores. São Paulo tem as suas árvores. São Paulo tem os seus pássaros. E tudo isso precisa ser estudado e preservado. A ganância não pode estar sobre a vida. A vida é mais importante do que a ganância. (Palmas) E nós temos que, sim, lutar. Temos que impedir, porque o nome, a placa dessas construtoras que vão agindo dessa forma...

- Assume a presidência o Sr. Rodrigo Goulart.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Para encerrar, Sra. Elaine, por favor.

**SRA. ELAINE GUEDES** – Não pode... Vão durar, mas a vida precisa durar mais do que isso.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – O próximo inscrito, pelo *chat*, Sr. Marcelo Nogueira. Marcelo Nogueira, tem a palavra por três minutos.

**O SR. MARCELO NOGUEIRA** - Oi, bom dia. Estão me ouvindo? Sim, né? Bom dia.

Na verdade, eu estou aqui só para me manifestar pela segunda vez. Eu já estive na primeira audiência para solicitar uma correção, um ajuste na ZCORr-2. A ZCOR-2 tem uma nota de rodapé que limita a instalação de restaurantes, sendo que ZCOR-2 já tem, na sua própria lei, na regulamentação da lei, a determinação de que permitido restaurantes até 100 lugares. E foi incluída uma nota de rodapé em 2016, proibindo, justamente, os restaurantes em ZCOR-2.

Eu me lembro que ZCOR são as grandes avenidas de São Paulo. Então, Avenida 9 de Julho, a Avenida Europa, a Rua Colômbia, a Rebouças. Um exemplo simples de como que isso afeta a cidade é muito fácil. É só a gente pegar a Avenida Rebouças, subir a Avenida Rebouças, e olhar para o lado, sentido centro, e olhar para o lado esquerdo, o desenvolvimento que teve, e do lado direito, a decadência que é.

Então, a gente hoje está vivendo uma situação por uma nota de rodapé, na minha opinião, errônea, que foi incluída em 2016 e que precisa ser corrigida.

A minha solicitação é só essa.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Muito obrigado, Marcelo.

Próximo inscrito, Sr. Francisco Eduardo Britto, Associação Vila Mariana.

**O SR. FRANCISCO EDUARDO BRITTO** - Bom dia, Brito, da Associação Vila Mariana e do Movimento Defenda São Paulo.

Que fique registrado nos anais desta Casa um protesto muito sério e vigoroso contra a forma como está sendo conduzida esta Revisão da Lei de Zoneamento.

Nunca é demais um pouquinho de história. A história desta terra que, por 350 anos, desde sua fundação, foi a terra Piratininga, tranquila e pacata. A capital da solidão, como a nomeou em livro o escritor Roberto Pompeu de Toledo.

Daí, chegamos no século XX, com a força do café levando essa cidade, que ficava num feliz entroncamento ferroviário, a se tornar uma pujante cidade de crescimento exponencial.

Chegamos ao ano de 1920 - e São Paulo já era chamada pelo poeta de Pauliceia Desvairada Ou a Capital da Vertigem, outro livro de Roberto Pompeu de Toledo. Isso há mais de 100 anos.

Então, como vamos classificar essa Pauliceia, hoje, em que há décadas e décadas de crescimento sem planejamento? Eu classifico assim: São Paulo, a capital do limite. Porque ultrapassamos todos os limites suportáveis de aglomeração humana.

Tudo que se faça agora na cidade, tem que levar em conta isso - que estamos no limite. O bode tomou conta da sala. Só que não. Não consideram isso. Não reparam que os bodes ocuparam toda a sala, e não há mais qualidade de vida disponível. Nem nos condomínios fechados.

Tem chance disso mudar? Difícil. Porque não planejam nada, nada que traga mais horizonte na paisagem, mais verde, mais parques, mais cuidado com silêncio urbano, mais mobilidade, numa cidade sufocada, doente. Não planejam nada que traga qualidade de vida. Porque planejar prédios numa cidade como São Paulo, para cumprir uma função social e ambiental, teria que ser construir muita habitação popular, com qualidade, claro, e colocar limites seríssimos a mais edificações parrudas, mastodônticas, de 30, 40 andares, sem recuo, em toda parte. Forçando todas as infraestruturas para além do limite, um dos quais, na minha visão, o abastecimento de água é o que mais imediatamente assusta. Haverá água para tanto crescimento sem reflexão?

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Para encerrar, Britto, por favor.

**O SR. FRANCISCO EDUARDO BRITTO** - Oportunidade perdida de fazer melhor, de fazer melhorar. Por que isso?

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Para encerrar, Britto, por favor.

**O SR. FRANCISCO EDUARDO BRITTO** - Que interesses levaram a essa incompreensão ou a essa cegueira? (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – O próximo inscrito é o Thomaz Alberto Schetty, proprietário de imóvel na Avenida Rebouças.

Já peço que se prepare a próxima inscrita, presencialmente, Sra. a Geisa Carneiro.

**O SR. THOMAZ ALBERTO SCHETTY** - Estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Estão sim, pode falar.

**O SR. THOMAZ ALBERTO SCHETTY** – Eu represento os proprietários de imóveis da Avenida Rebouças, lado Ímpar. E a Avenida Rebouças, no lado ímpar, vem sofrendo uma grande deterioração, por causa das restrições quanto à construção e, também, quanto ao uso. No entanto, os proprietários desses imóveis têm que pagar um IPTU altíssimo.

A nossa proposta qual é? A nossa proposta é que sejam levantadas as restrições quanto ao uso de imóveis, e, também, que sejam permitidos que se construam imóveis até 15 metros de altura e duas vezes a área do terreno.

Com isso, nós estaríamos evitando a completa deterioração da Avenida Rebouças, no lado ímpar, que vai da Avenida Brigadeiro Faria Lima até a Rua Estados Unidos.

Então essa é a nossa reivindicação. Muito obrigado pela atenção de todos. E um bom dia.

---

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Thomaz.

Sra. Geisa Carneiro, munícipe.

**A SRA. GEISA CARNEIRO MONTEIRO REIS SILVA**- Bom dia mais uma vez.

Eu venho aqui - tenho vindo a todas as reuniões -, e, ontem, eu fiquei meditando sobre a resposta que o Goulart me deu: “de que a lei não prevê mudanças de ZER, e que eles estão estudando os nossos casos”.

E o que eu tenho a dizer é o seguinte: que para que ter uma lei, se não vai mudar? Eu sei que o meu caso, como de muitas pessoas, é um caso pontual, pequeno, e que a gente não tem força com a Prefeitura para que ela mande algum projeto para a Câmara depois que acabar essa revisão de zoneamento. Então, a revisão tem que ser feita agora, para consertar pequenos erros de uma colcha de retalho.

São vocês que vão mudar essa lei. Eu não consigo mudar sozinha depois. E, no meu caso, eu tenho o parecer favorável da Prefeitura, eu tenho um Índice Fiscal que é o imposto pago

sobre o terreno, para que ninguém saiba que não é justo, porque os comerciais pagam o mesmo que o residencial.

Eu tenho casas que estão desocupadas e que são comerciais, de fato, e não, de direito. Então, o uso social delas vai contra as diretrizes do PDE.

Então, eu vou pedir, mais uma vez, para que vocês não engessem a lei e que atendam os pequenos pleitos que estão sendo feitos.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sra. Geisa. (Pausa)

Bom, primeiro eu quero registrar e agradecer a presença do Vereador Eliseu Gabriel, da Vereadora Janaina Lima, pelo sistema Teams, também, e convidar agora o Sr. Igor Measso Macedo, representante do quarteirão F61. O Sr. Igor Measso Macedo? (Pausa) Está ausente.

Sr. Augusto Carvalho Polimeno. (Pausa)

**O SR. AUGUSTO CARVALHO POLIMENO** - Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Boa tarde, Sr. Augusto, obrigado pela presença. O senhor tem a palavra.

**O SR. AUGUSTO CARVALHO POLIMENO** - Eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar dessa audiência. Sou Augusto, sou arquiteto e urbanista. Gostaria de falar, especificamente, sobre a quadra 11, do setor 36. O pedido é para uma correção no mapa que acompanha o projeto substitutivo.

A quadra 11 do setor 36, no bairro do Paraíso, está a quatro quarteirões da estação do metrô Brigadeiro. Portanto, aproximadamente, 400 a 450 metros, dentro do raio expandido do Plano Diretor que é de 700 metros.

Além dessa proximidade da estação do metrô, o local atende totalmente o que está previsto no Plano Diretor, que foi revisado recentemente.

Então, até para ficar coerente com o PDE, reitero o pedido de incluí-lo como ZEU. Por algum motivo, não houve nenhuma ampliação nas quadras do bairro do Paraíso, que tem excelente infraestrutura viária, proximidade da Avenida Paulista, 23 de Maio, entre outras

avenidas importantes.

Eu preparei um documento que atesta o atendimento integral dos pré-requisitos para se tornar ZEU e enviei-o, hoje, por *e-mail* para vocês.

Fico à disposição, inclusive, para uma reunião pessoal ou por vídeo, para tirar qualquer dúvida e esclarecimento.

Muito obrigado e ótimo trabalho para vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Augusto.

Agora, Sra. Michele Rodrigues, munícipe.

**A SRA. MICHELE RODRIGUES** – Oi, bom dia. Bom dia. Eu sou a Michele e vim representar a Rua Joaquim Guimarães, que fica no quilômetro 19,5 da Raposo Tavares. O nosso Código de Logradouro é o 22685, dígito 8.

Eu estive aqui na última audiência pública, do dia 5...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Michele, desculpe. Você pode repetir o código, por gentileza?

**A SRA. MICHELE RODRIGUES** – É 22685, dígito 8.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, desculpe.

**A SRA. MICHELE RODRIGUES** – Imagina. Eu estive aqui na última audiência pública do dia 5, mas eu gostaria de falar novamente de uma forma mais clara e objetiva quais são os meus pleitos.

A gente pede atenção ao zoneamento dessa região que, apesar de estar rodeada por prédios, foi mantida como ZMA. O local é ideal para a construção de moradia de interesse social, tendo creche, escola pública e uma linha de ônibus que leva diretamente do local até o metrô da Vila Sônia.

Eu acho que, ao contrário do que muitos dos munícipes vêm falando, que o problema é o crescimento vertical em bairros onde não há a estrutura adequada, o meu pleito é justamente o oposto. A região está em plena expansão, inclusive com o projeto de um terminal de ônibus a menos de 300 metros, no Reserva Raposo.

A gente pensa que uma periferia bem estruturada como a nossa é um local ideal para a construção de habitação de interesse social, pulverizando as áreas residenciais e proporcionando uma moradia acessível. E isso só se torna viável tendo um zoneamento favorável.

Então, objetivamente, a gente pede a correção do zoneamento de parte da Rua Joaquim Guimarães de ZMA para ZM, o que tornaria esse pedacinho de rua condizente com toda a área do seu entorno. É só isso. Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sra. Michele.

Agora, pelo sistema Teams, Sra. Natália Pereira dos Santos, engenheira civil. (Pausa) Está ausente. O próximo presencial será o Sr. José Francisco Bertino, da Rebouças, lado ímpar. Se o senhor já quiser se dirigir até próximo à tribuna. Ainda pelo sistema Teams, Sra. Daniela Fajer, arquiteta pesquisadora da UFABC.

**A SRA. DANIELA FAJER** – Olá, bom dia. Me ouvem?

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Bom dia, Sra. Daniela. Ouvimos. Obrigado pela presença. A senhora tem a palavra.

**A SRA. DANIELA FAJER** – Obrigada. Bom, me chamo Daniela, sou arquiteta, mestranda na UFABC. Cumprimento todas e todos, em nome da Vereadora Silvia, que tem desempenhado um papel fundamental nessa Comissão.

Tenho dois pontos a colocar, infelizmente essa foi a única audiência que eu consegui participar, depois da divulgação do substitutivo. O primeiro ponto é sobre vagas de garagem nos eixos, especificamente sobre o Art. 21, que altera o Art. 62, da Lei de Zoneamento. O texto do substitutivo é muito similar ao que foi aprovado no Plano Diretor, porém foi acrescentado o termo “privativo a total do empreendimento”, o que muda completamente o entendimento e o cálculo de vagas permitidas nos eixos. Na prática, teremos mais vagas por empreendimento do que antes da revisão do Plano Diretor, se o texto permanecer com essa redação.

O termo mais adequado seria uma vaga a cada 60 m<sup>2</sup> de área privativa da unidade e não do empreendimento. Apenas para explicar, se a gente considerar uma unidade de 90 m<sup>2</sup>

e a gente usar o termo privativa da unidade, a gente gera uma vaga por unidade, como era no Plano Diretor de 2014. Se a gente considera a privativa do empreendimento, a gente pode somar a privativa de todas as unidades e dividir por 60, o que geraria, no caso de uma unidade de 90 m<sup>2</sup>, uma vaga e meia por unidade.

Em um exemplo como esse, a gente está falando de uma geração de 50% do número de vagas nos empreendimentos nos eixos, em relação ao PDE de 2014. É o exemplo de uma pegadinha colocada no texto e por isso eu sugiro a alteração desse ponto.

O segundo assunto é o aumento de gabarito nos miolos de bairros, solicitado pelo Secovi e construtoras, no dia de ontem. Esse pleito chegou a ser previsto em algumas das minutas dentro do Executivo, porém a Prefeitura voltou atrás e tirou esse ponto do texto. Será muita irresponsabilidade dos Vereadores dessa Casa propor o aumento de gabarito sem estudos técnicos, a uma semana da votação do texto final.

Isso demonstra como o tempo entre as audiências está curto e torna o processo atropelado. Agora, é importante dizer que as construtoras estão corretas quando elas argumentam que não é possível esgotar o potencial com os novos benefícios do PDE para a produção de HIS e HMP nos miolos.

Isso porque a majoração do potencial construtivo foi colocada às pressas, na ocasião da revisão do Plano Diretor, e não teve fundamentação técnica, apenas política. Considerando esse ponto, solicito que se o aumento de gabarito aparecer...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sra. Daniele.

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Ah, cortou, perdão. Entendi que tinha acabado. Vou reestabelecer. Sra. Daniele, a senhora nos ouve? Sra. Daniela.

**A SRA. DANIELA FAJER** – ...substitutivo. Isso não é participação.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sra. Daniela, a sua última oração não foi ouvida. O tempo está pausado, mas eu vou te dar mais 20 segundos pela interrupção. Se a



senhora puder reestabelecer o raciocínio para que nós possamos ouvir.

**A SRA. DANIELA FAJER** – Muito obrigada. Deu para entender sobre a questão do gabarito nos miolos de bairro?

**O SR. RODRIGO GOULART** – Não, foi interrompido nesse momento.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Foi interrompido. Se a senhora puder reestabelecer a partir daí.

**A SRA. DANIELA FAJER** – Entendendo que as construtoras estão corretas, que não é possível esgotar o potencial construtivo nos miolos de bairro com os benefícios de HIS e HMP, a minha sugestão é que se o aumento do gabarito aparecer no segundo substitutivo, que ao menos esteja condicionado à produção de HIS nos empreendimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Perfeito.

**A SRA. DANIELA FAJER** – E eu expresseo o meu descontentamento com esse processo participativo. Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sra. Daniela. Agora, Sr. José Francisco Bertino, da Avenida Rebouças. O senhor tem a palavra.

**O SR. JOSÉ FRANCISCO BERTINO** – Bom dia a todos. Meu nome é José Francisco Bertino. Eu sou proprietário de um imóvel do lado ímpar, da Avenida Rebouças.

Srs. Vereadores, Sr. Relator, Sr. Presidente, todos os membros da Mesa, queria parabenizar pelo trabalho que vocês estão fazendo e, ao mesmo tempo, agradecer por ter colocado a Rebouças, lado ímpar, como ZCOR 3. Muito obrigado.

Para começar, pessoal, eu tenho 69 anos e sou o caçula do grupo que eu represento, todos proprietários de imóveis na Avenida Rebouças, lado ímpar. São pessoas de 75, 85 anos que, comigo, sofremos as consequências de um zoneamento injusto e perverso.

Ontem, acompanhei as duas audiências a distância. Na audiência das 17 horas, três senhoras se apresentaram como moradoras do Jardim Paulistano e realmente são. Porém, elas fazem parte da Ame Jardins e, em nenhum momento, eu as ouvi citando o nome da Ame Jardins. E eu fiquei curioso com isso e perguntei por que duas participantes, ou três, de uma associação

tão poderosa, que é a Ame Jardins, vieram aqui e fizeram questão de ignorar a Ame Jardins e trouxeram um abaixo-assinado com seis mil assinaturas, segundo elas.

Eu fiquei surpreso com isso e fui procurar saber. Encontrei uma reportagem em um *site* que explicou tudo isso. A Ame Jardins está rachada, totalmente rachada. De um lado, tem pessoas retrógradas que querem a continuidade de um zoneamento injusto e perverso, no qual nós, proprietários de imóveis do lado ímpar da Avenida Rebouças, pagamos o ônus de um IPTU altíssimo e não conseguimos alugar ou vender nossos imóveis. E, ao mesmo tempo, servimos de escudo para aqueles que se acham semideuses; do outro lado, liderados pelo João Doria e pela Tânia Bulhões, que conseguem enxergar o amanhã e querem poder ter uma padaria ou um restaurante no corredor perto da sua casa. Portanto, não acredito naquele abaixo-assinado que entregaram a vocês ontem com 6 mil assinaturas porque é simples fazer uma conta: um bairro que tem 5.800 imóveis, com uma população totalmente dividida, como que eles conseguiram 6 mil assinaturas?

E, por fim, quero dizer aos senhores da Ame Jardins: não somos incorporadores, gostaríamos até de ser, mas não somos, não somos especuladores, só queremos ter o direito de usar nossos imóveis de uma forma justa e sem interferência de vocês que, há décadas, tantos nos prejudicaram.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Eu peço desculpas pela interrupção, mas, como foi dito no começo, precisamos fazer cumprir o tempo improrrogável, pelo alto número de inscritos.

Sra. Gabriela Martinazzo, advogada, Sra. Gabriela Martinazzo, advogada. (Pausa) Está ausente; Sr. João Maradei Júnior, advogado. Sr. João Maradei Júnior, advogado. (Pausa) Está ausente; Sra. Juliana Paviato, Sra. Juliana Paviato. (Pausa) Está ausente; Sr. Thiago Passos Dias, engenheiro.

**O SR. THIAGO PASSOS DIAS** – Estou *on-line*.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Foi o Sr. Thiago que se manifestou?

**O SR. THIAGO PASSOS DIAS** – Isso, sou eu.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Obrigado pela presença, Sr. Thiago, o senhor tem a palavra.

**O SR. THIAGO PASSOS DIAS** – Muito obrigado, boa tarde a todos. Primeiramente, eu queria agradecer ao Vereador Rodrigo por ter atendido alguns pedidos meus e de alguns moradores. Porém, dos pedidos que foram feitos, nem todos foram atendidos. Há vários proprietários que hoje vão se manifestar.

Do setor 41, da quadra 51, que é na Ibirapuera com a Rua Ipê, eu fui falar várias vezes com o Vereador, alguns moradores vêm falando com ele. Essa quadra, no mapa do dia 19/9 estava como ZEU, e nos mapas seguintes foi modificado, e o pedido para voltar como ZEU ainda não foi atendido. Não tem barreira física, está a 500 metros da Estação, não tem motivo para ter sido retirado. Eu vi que teve um proprietário de uma quadra no Paraíso, quadra 11, do setor 36. Aquelas quadras, a saber: 11, 15, 16, 148 e 149, no último mapa, estavam como ZEU e foram retiradas sem ter um motivo. Todas essas quadras estão dentro do novo raio, não têm barreira física, não têm auge ou declive acentuado. Não faz o menor sentido terem sido retiradas de ZEU. Então estou refazendo o pedido, reiterando, vão ter vários proprietários que hoje vão falar, estou representando todos eles, pedindo de novo para os Vereadores, para o Vereador Rodrigo voltar como era antes.

Só isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Muito obrigado, Sr. Thiago. Sr. Rodrigo Bicalho, advogado. Só para adiantar, o Sr. Cláudio Bernardes do Secovi será o próximo. Se o senhor quiser ficar por aqui.

Sr. Rodrigo, o senhor tem a palavra, obrigado pela presença.

**O SR. RODRIGO CURY BICALHO** - Muito obrigado aos Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, agradeço também todos os presentes. É muito bonito ver diversos setores da sociedade podendo se manifestar, defendendo seus pontos de vista. Acho que é muito importante para o amadurecimento, não só da democracia, mas do urbanismo da nossa cidade

e do nosso país.

Gostaria de falar especificamente de duas quadras, lembrando o seguinte, Srs. Vereadores, a revisão do PDE, feita recentemente, previu alguns critérios de expansão de eixos, justamente por constatar que os espaços para construção na cidade estavam ficando cada vez mais escassos, o que levava, necessariamente, a uma dificuldade de encontrar terrenos e a elevação de preços desses terrenos, e, como resultado, o preço dos imóveis cada vez mais inacessíveis. Então, a expansão de áreas onde se possa construir imóveis de todas as tipologias faz-se necessária para atender à necessidade de moradia com diversos preços, com várias faixas de preços, que possam ser ofertados na cidade de São Paulo. Do contrário, o que vemos é um aumento da oferta de imóveis de alto padrão, justamente pela escassez de áreas em que se pode empreender, com terrenos cada vez mais caros.

Nessa seara, eu venho falar de duas quadras específicas que atendem a todos os preceitos, a todos os critérios da revisão do PDE, mas que não foram incluídas no último mapa ou na última revisão dentro dos eixos. Estou falando do setor 29, quadra 82, um terreno na zona Leste, que fica a 525 metros da Estação Belém do metrô, sem barreiras urbanísticas, sem áreas de tombamento, sem áreas de preservação ambiental, local em que se pode caminhar por menos de 10 minutos, tranquilamente, sem declividade até o metrô. Curiosamente, por algumas razões, quadras localizadas atrás desta, especificamente, acabaram ingressando nos eixos, mas essa quadra ficou de fora numa região carente de moradia. Gostaria de chamar a atenção, por gentileza, para essa quadra.

Menciono outra quadra no setor 081, quadra 223, em Pinheiros, e estamos falando de um terreno, de uma quadra dentro dos critérios do novo Plano Diretor, a menos de 700 metros, e estamos falando da Estação Faria Lima. É um terreno fora da operação urbana, portanto, sujeito ao zoneamento geral agora em discussão, que também não tem nenhum tipo de barreira, nenhum tipo de critério, mesmo se considerando o artigo 2º e 3º do PL para excluir esse terreno. Veja, se o PDE criou determinadas diretrizes, e o artigo 2º e 3º do PL ainda que venha a ser prestigiado, os terrenos que não se encaixam nas restrições do artigo 2º e 3º, tem que ser eixo

até por uma situação vinculativa e pelo um critério de isonomia.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Obrigado pela contribuição. Sr. Gabriel Quedas Dottavio. (Pausa) está ausente.

Vereador, eu alterno entre o Teams e o presencial.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Pinheiro Malfitani.

**O SR. RODRIGO PINHEIRO MALFITANI** - Bom dia.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Bom dia, Sr. Rodrigo. Obrigado pela presença, tem a palavra.

**O SR. RODRIGO PINHEIRO MALFITANI** - Eu que agradeço, obrigado a todos. Minha solicitação é a respeito da nota de rodapé da ZECOR 2, e como morador do bairro desde 89, conheço profundamente todo bairro. Tenho visto alguns moradores atuais, inclusive da Associação AME Jardins, falando sobre o bairro, que o bairro não pode ter trânsito, o bairro não pode ter violência, o bairro é um pulmão verde, essas são coisas que não procedem. Primeiro que há bairros maiores que o próprio Jardins, com muito mais verde. Podemos citar o bairro da Cantareira, do Pacaembu, esses são bairros que possuem áreas maiores.

Outro ponto importante para tratar nessa Lei de Zoneamento é principalmente comércio nos corredores, o quanto isso traz de vida para os bairros e torna, de fato, o bairro mais diverso. O bairro não pode ser tratado como um condomínio fechado, exclusivo de quem mora lá, o bairro faz parte da cidade, de todos os moradores. De fato, não podemos morar num bairro e achar que só no meu bairro não pode ter trânsito, não pode ter violência, que só pode ter no bairro dos outros, é um pensamento bastante errado. Nós temos exemplos de bairros no Brasil, podemos citar Ipanema, bairro do Rio de Janeiro repleto de restaurantes, de comércios, com vida, onde é possível fazer as coisas a pé. Aliás, esse é o ideal de uma cidade, de fato, moderna, onde a gente não precisa pegar o carro para fazer as coisas.

Então, se for citar também a desvalorização dos imóveis, principalmente o Jardim Europa, com grandes casarões, o perfil das famílias mudou muito, então hoje tem muitos

casarões que estão ficando abandonados. As famílias não topam mais morar, não conseguem vender esses imóveis por conta do alto custo deles, e isso vai tendo uma desvalorização. Então é muito comum você ver vários casarões abandonados, vazios há muitos e muitos anos. A gente pega a avenidas como a Pacaembu, o que vai acontecer com os Jardins é que vai ficar próximo ao que é o Morumbi hoje.

Então a minha solicitação vem para que os vereadores de fato revisem essa nota de rodapé, para que excluam essa nota de rodapé da ZCOR, e que seja permitido nos corredores Rebouças, Avenida Colômbia, Avenida Europa, Avenida Brasil, que seja permitida a instalação de pequenos comércios, pois isso traz bastante vida, segurança, movimento para o bairro, torna o bairro mais diverso e melhor para todos os cidadãos que ali moram.

Essa é a minha solicitação.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Muito obrigado, Sr. Rodrigo.

Sr. Cláudio Bernardes, do Secovi São Paulo.

**O SR. CLAUDIO BERNARDES** - Muito bom dia a todos, a todas.

Senhores vereadores, eu trago aqui duas sugestões. A primeira delas é com relação ao gabarito de altura. Primeiro, é preciso desmistificar essa questão de que aumento de altura do edifício aumenta o adensamento. Mantido o coeficiente de aproveitamento, o aumento da altura do edifício não muda em nada o adensamento.

O que nós estamos falando aqui é de tipologia de edifício. Ou nós temos um edifício baixo e largo, ou um edifício esbelto e alto. Então a minha sugestão vai nesse sentido, para que os senhores vereadores criem um mecanismo para tirar vantagem dos benefícios do edifício esbelto. Ou seja, que vocês possam fazer uma correlação entre a taxa de ocupação do edifício e a altura do edifício.

Se a gente diminuir a taxa de ocupação do edifício, a gente aumenta a área potencial para área verde, aumenta a área para infiltração, melhorando a drenagem, e aumenta a circulação entre os edifícios, porque a gente aumenta os recursos. Com isso a gente mitiga eventuais problemas de ilhas de calor que possam ser criadas na construção da cidade.

E esse mecanismo é previsto no próprio Plano Diretor. O Artigo 324, Parágrafo 2º, estabelece que o Plano pode fazer alteração de número de pavimentos e gabaritos na Lei de Zoneamento, então estamos num momento adequado e exato para fazer isso.

A outra sugestão que eu queria fazer é a reparação de um equívoco que houve no Quadro 5 do Plano Diretor, no sentido de equiparar os hospitais públicos, para efeito do fator social, aos hospitais e complexos de saúde que tenham título de utilidade pública e tenham certificado de entidades beneficentes e assistenciais. Dessa forma nós vamos possibilitar que esses hospitais com título de utilidade pública e vinculados à assistência social possam ter facilitada a sua execução e ajudar na assistência à saúde da população.

Então são esses meus dois pleitos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Muito obrigado.

O próximo presencial será o Sr. Carlos Renato Araújo, engenheiro civil. Se o senhor já quiser se dirigir até aqui.

Indo para o sistema Teams, a Sra. Ana Beatriz Gelman. (Pausa) Ana Beatriz Gelman está ausente. Sr. José Ferreira Julião Júnior.

**O SR. JOSÉ FERREIRA JULIÃO JÚNIOR** - Olá. Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Boa tarde, Sr. José Ferreira. O senhor tem a palavra. Obrigado pela presença.

**O SR. JOSÉ FERREIRA JULIÃO JÚNIOR** - Eu que agradeço. Cumprimento todos.

Eu sou proprietário de alguns imóveis na Avenida Ibirapuera e a minha intenção em participar é para que seja revisto o Plano. O imóvel de que eu estou falando fica no Setor 41 da Quadra 51. No dia 19, essa quadra estava dentro do novo eixo, porém, nos mapas seguintes, ela apareceu como excluída, sem justificativa nenhuma. Então o que acontece, como proprietário, é que eu me vejo tendo uma área totalmente desvalorizada, à mercê do que está acontecendo em termos de progresso e crescimento na cidade.

Quer dizer, nós já fomos, anos atrás, prejudicados com a construção de um viaduto praticamente na porta da minha casa. E, dessa forma, eu continuo vendo que parece que fizeram

um X nessa área e essa área ficou esquecida. Então o que eu estou vendo que está acontecendo ali naquele pedaço, com inúmeras reclamações, protocolos, é que está se transformando num lixão. Quer dizer, um imóvel na Vila Mariana, na Avenida Ibirapuera, se transformando num lixão.

E agora, quando nós vimos a possibilidade de ter uma área valorizada, de repente, do nada, sem explicação, mudam o mapa e deixam essa área totalmente à mercê, fora desse contexto. Então o que eu gostaria, vou repetir novamente, é que o Setor 41 da Quadra 51 fosse revisto e que a gente não perdesse a oportunidade também de participar desse processo de mudança, de crescimento e de ter essa área – que eu acho que já foi tão judiada e castigada - agora sim valorizada.

Obrigado. Era isso.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Muito obrigado.

Sr. Carlos Renato Araújo, engenheiro civil, o senhor tem a palavra. Obrigado pela presença.

**O SR. CARLOS RENATO ARAÚJO** – Obrigado. Boa noite a todos.

Eu venho reivindicar a inclusão da Quadra 513 do Setor 76 na mudança para a ZEU. Levando em consideração os novos parâmetros do PDE, essa quadra está totalmente elegível para que ocorra essa mudança. Tanto que nos mapas anteriores ela estava inserida como ZEU, estava sofrendo a mudança, e simplesmente no último mapa ela deixou de ser ZEU, voltou a ser ZC, sem motivo aparente, tanto que nos outros mapas ela estava inserida.

A quadra não possui vila, essa quadra não possui declividade, não possui barreira, ela está dentro de uma MQU, da Macroárea de Qualificação da Urbanização, ela está a 300 metros de um corredor de ônibus, o seu ponto mais distante a pé é pouco mais de 500 metros, então não tem nada que justifique a saída dela da mudança para ZEU. Só frisando, é a Quadra 513 do Setor 76, para que revisem e insiram ela novamente como ZEU, na mudança para ZEU.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Muito obrigado, Sr. Carlos.

Agora, no sistema Teams, Sr. Carlos Torres. (Pausa) Sr. Carlos Torres está ausente.



Sra. Juliana Boacnin. (Pausa) Está ausente. Sr. Manuel Inácio Araújo Silva, munícipe.

**O SR. MANUEL INÁCIO ARAÚJO SILVA** - Boa tarde. Estão todos me escutando, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Boa tarde, Sr. Manuel. Obrigado pela presença. O senhor tem a palavra.

**O SR. MANUEL INÁCIO ARAÚJO SILVA** - Eu agradeço e, mais uma vez, elogio essa iniciativa de a gente poder se manifestar.

Eu sou paulistano de nascença, moro há 50 anos na mesma casa no Jardim Paulista, na Rua General Fonseca Teles, e eu entendo que esses comércios pequenos de restaurantes, de até 100 pessoas e outros tipos de comércio de menor porte, obviamente, em corredores como Avenida Europa, Rua Colômbia, Rebouças, como foi citado aqui, até na Avenida Brasil, eventualmente, eu acho que eles agregam valor à região. Eu acho que é conveniente que a gente tenha vizinhos, por assim dizer, com potencial econômico para investir em segurança, em calçadas, arborização.

E eu entendo, por outro lado, até porque frequento os clubes da região dos quais eu sou sócio, eu entendo a preocupação daqueles que residem ali, minha sogra e outras tantas pessoas, no miolo do chamado Jardim Europa, Jardim Paulista, Jardim América, principalmente Jardim Paulistano, mas eu acho que, com essa mudança e a permissão desses pequenos comércios, essas áreas vão se revitalizar e afastar aquele receio constante que a gente tem, que é muito assustador, da teoria da janela quebrada.

No outro dia eu pesquisei, descobri que essa teoria é um fenômeno que começa a degradar uma região - até um dos munícipes aqui citou - pela falta de ocupação e pela falta de geração de riqueza.

Eu entendo, por outro lado, também, que essa permissão não afetaria aqueles que têm suas residências no miolo desses oásis, por assim dizer. Não afetaria, de qualquer forma, também a densa vegetação que nós temos hoje lá, que é um tesouro para gente, para todos nós. Não alteraria traçados, não alteraria a qualidade de vida desses moradores privilegiados dos

jardins, por assim dizer.

Eles não terão sua realidade alterada e nós vamos ter a oportunidade de ter uma injeção de oxigênio, de vida, de vitalização dessas áreas. Inclusive, impondo a esses empreendedores, pequenos empreendedores, contrapartidas no sentido de manter aquela região dinâmica, por assim dizer.

Eu gostei muito do comentário do nosso munícipe Rodrigo Pinheiro Malfitani, eu até anotei aqui o nome dele, porque nós temos que tomar cuidado para não excluirmos aquilo ali, não virar uma...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Para concluir, Sr. Manuel.

**O SR. MANUEL INÁCIO ARAÚJO SILVA** - ...reserva dos muito ricos ou daqueles que têm muito, em detrimento dos outros que também querem aproveitar dessa região. Eu acho que a cidade é de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Manuel, o tempo do senhor está encerrado.

**O SR. MANUEL INÁCIO ARAÚJO SILVA** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sr. Luiz Antônio França, presidente da Abrainc - Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias. Boa tarde, tudo bem?

**O SR. LUIZ ANTONIO FRANÇA** - Boa tarde a todos. Primeiro, eu queria agradecer à mesa por esta oportunidade democrática de vir aqui discutir ideias. A divergência é o que vai trazer um debate importante para a população.

Quem nós representamos? Nós representamos os compradores.

Os compradores, se fossem uma associação, deveriam estar em torno de 400 a 500 mil pessoas. Para falar dos compradores, nós fazemos pesquisas com as pessoas para que a gente possa trazer aquilo que o comprador quer.

Porque quem define o que deve acontecer na cidade são os senhores moradores. Portanto, a gente traz as demandas. Numa pesquisa muito interessante, eu tenho uma demanda de que 90% das pessoas responderam que andar mil metros, ou seja, caminhar até 15 minutos,

não tem problema, é bom.

Portanto, eles preferem andar mil metros do que andar uma distância menor.

Portanto, a ampliação do eixo é fundamental. Então aqui vão, rapidamente, três solicitações.

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Eu vou pedir ao público presente que se contenha e que respeite o orador na tribuna.

- Manifestações simultâneas.

**O SR. LUIZ ANTONIO FRANÇA** - Eu agradeço as manifestações e entendo o ponto de vista de cada um. Eu gostaria que respeitassem os meus.

Portanto, eu gostaria de colocar aqui a não redução das ZEUs existentes. O mapa proposto está excluindo muitas ZEUs essenciais para adensamento, empurrando todas as famílias para regiões periféricas.

É ruim ficar muito tempo dentro do carro ou dentro do transporte público, essa perda de tempo reduz o tempo de vida das pessoas. Ampliar a ZEU até os limites estabelecidos na revisão do PDE é necessário para tornar o terreno urbano mais acessível, ampliando a oferta de moradias e impulsionando o desenvolvimento.

Por último, flexibilizar os limites de gabarito de ZM e ZC para aliviar a pressão sobre as ZEUs e tornar a moradia mais acessível para a população.

Muito obrigado.

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado pela contribuição, Sr. Luiz Antônio.

Eu peço ao público presente que respeite o orador e suas opiniões. Eu acho que o objetivo desta audiência pública é justamente conciliar opiniões, mesmo que divergentes. O respeito deve imperar entre todas as opiniões, independentemente de quem seja o orador.

Sr. Pedro Assumpção, sócio-diretor da High Imóveis Especiais. Sr. Pedro Assumpção, sócio-diretor da High Imóveis Especiais. Sr. Pedro Assumpção? Sr. Pedro

Assumpção, sócio-diretor da High Imóveis Especiais, está ausente. Sr. Francisco José Cominato, munícipe. Sr. Francisco José Cominato, munícipe, está ausente.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COMINATO** - Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sr. Francisco José? Isso. Sr. Francisco José, boa tarde. O senhor tem a palavra. Obrigado pela presença.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COMINATO** - Boa tarde a todos. Agradeço a atenção de todos, pertinente a essa nossa demanda.

Faço das palavras do Tiago as minhas palavras. Eu represento o setor 41, quadra 51. Sou um munícipe. É uma área degradada, que está abandonada por estar na ponta de um viaduto. Essa área foi excluída, ela já estava incluída. Não sei o que aconteceu, ela foi excluída da ZEU. Trata-se de uma localização a 500 metros do metrô, não temos a justificativa para isso. Eu quero solicitar que isso fosse novamente repensado, e a inclusão dessa área na ZEU novamente.

Muito obrigado. É somente isso. Uma boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Francisco José. Sr. Flávio Ernesto Zarzur, Conselheiro da Abrainc. Só para já adiantar, o próximo presencial será o Sr. Alan Squiavon, do Campo Belo. Se o Sr. Alan quiser se dirigir até aqui. Obrigado, Sr. Alan.

Obrigado, Sr. Flávio, o senhor tem a palavra. Obrigado pela presença.

**O SR. FLÁVIO ERNESTO ZARZUR** - Bom, boa tarde a todos e todas. Primeiramente, eu queria parabenizar. Na verdade, o que nós estamos vendo aqui é toda a população botando a sua manifestação, segundo o seu entendimento do que é melhor para a cidade.

Eu não tenho nenhum ponto específico para citar, mas destaco dois pontos que, tanto o Plano Diretor quanto a Lei de Zoneamento, vão de encontro para isso. E vamos reconhecer que é muito difícil atingir na totalidade os pontos que ela tem como objetivo.

O primeiro objetivo, eu acho que além de o mercado imobiliário, mas sim é uma questão de justiça social. É a oportunidade de trazer o povo para além das linhas dos acessos

de metrô e nos eixos de estruturação, para mais próximo de onde a cidade dá mais qualidade de vida, melhores condições de estudo, melhores hospitais, melhores condições de cultura e lazer. Então, esse, para mim, é um ponto fundamental, porque senão também não levantaria para vir falar.

Outro ponto fundamental, acho que também é na questão do meio ambiente. Quer dizer que, quando a gente fala de meio ambiente sabe que está ligado à qualidade de vida das pessoas. O deslocamento da pessoa que vem de uma periferia distante para o trabalho que, em geral, é no centro da cidade ou em alguns lugares que têm o eixo estruturado, tal pessoa gasta duas horas em deslocamento para vir e uma hora e meia para voltar. A sua qualidade de vida fica muito deteriorada, além do que, gera emissão de carbono do ônibus, ou seja, há uma série de coisas que poderiam ser mitigadas.

Acho que, sim, hoje a gente vê os jovens usando muito mais bicicleta, usando muito mais a oportunidade de se deslocar andando.

Então, acho que isso vai de encontro com o interesse. Então, esse plano, como todo plano, é um plano humano. Não é um plano de Deus, mas ele vai de encontro para esse objetivo. Então, era isso que eu queria ressaltar.

Queria parabenizar tanto a Câmara de Vereadores como o Poder Público, em geral, pela iniciativa dele.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Flávio. Sra. Ana Carolina Senger Rodrigues?

**A SRA. ANA CAROLINA SENGER RODRIGUES** – Olá, boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Boa tarde, Sra. Ana Carolina. A senhora tem a palavra. Obrigado pela presença.

**A SRA. ANA CAROLINA SENGER RODRIGUES** – Obrigada. Bom, eu sou proprietária de uma casa na região do Paraíso e eu venho solicitar a mudança no eixo da quadra 149, setor 36. Essa quadra estava incluída no mapa do dia 19 de setembro, mas nos mapas

seguintes ela não foi mais incluída. Também não sabemos por que é que foi retirada do ZEU.

Essa quadra... Está tudo dentro das diretrizes do novo plano. Então, eu, como os demais proprietários, solicitei essa alteração. Vale lembrar que é uma quadra em que a maioria das casas são casas antigas. Muitas precisam de melhorias e muitos proprietários não têm condições de fazê-las. Muitas vezes, já tivemos casas invadidas e isso trouxe muitos transtornos. Então, é por isso que nós pedimos para avaliar novamente essa quadra.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sra. Ana Carolina.

Encerrados, agora, os inscritos *on-line*.

Passemos, exclusivamente, aos inscritos presenciais. O próximo orador é o Sr. Alan Schiavon, do Campo Belo. O próximo já será o Sr. Mário Moisés, da Vila Beatriz. Se o Sr. Mário já puder se dirigir até próximo à tribuna... Sr. Alan, o senhor tem a palavra. Obrigado pela presença.

**O SR. ALAN SCHIAVON** – Boa tarde a todos. Eu me chamo Alan Schiavon. Sou morador do bairro do Campo Belo. Primeiro, quero agradecer a oportunidade que nos foi dada de estar aqui, hoje, explanando nossas opiniões. Primeiramente, fico feliz em poder ter um espaço para expressar a minha opinião como morador e proprietário de um imóvel na cidade de São Paulo, que terá impacto diante das mudanças aprovadas na revisão do Plano Diretor.

Muito obrigado, Mesa, pela oportunidade.

Hoje, aqui, venho trazer a minha preocupação pela exclusão, não só minha, de toda a quadra, de todos os meus vizinhos, que estou representando, da quadra 102, no setor 86, do bairro do Campo Belo. Possuo um imóvel localizado na Rua Demóstenes, nº 843, setor e quadra que acabo de comentar, onde, de acordo com a revisão do Plano Diretor, enquadra-se nas premissas para se tornar o zoneamento ZEU – ou seja, pela localidade da quadra inteira, a menos de 400 metros do corredor de ônibus da Avenida Vereador José Diniz. Dos mapas anteriores, antes do último substituto, ela fazia parte e tinha sido incluída. E, agora, nesse último, houve a exclusão.

Queria entender o motivo e aparentemente não há, uma vez que está totalmente dentro das premissas aprovadas pela revisão do Plano Diretor e não há nenhum outro embasamento para que fique de fora. É do meu interesse que essa quadra tenha o zoneamento revisto para ZEU. Portanto, meu pleito – e não só meu, como de todos os meus vizinhos dessa quadra – é para que haja uma reanálise e retornem com o novo mapa, de forma que a lei seja cumprida. Como morador e comerciante do bairro do Campo Belo, percebo que as casas no entorno precisam de uma revitalização, para, com isso, trazer mais conveniência e oportunidades para o bairro, junto com o movimento de modernização, trazem, em conjunto, o aumento da segurança e hoje todos nós, que moramos e trabalhamos lá, percebemos que o entorno carece disso.

Quero defender, sim, a mudança de zoneamento, para garantir ao meu bairro inovação, segurança, valorização e qualidade de vida. E o mais importante: que as premissas definidas no Plano Diretor se reflitam na Lei de Zoneamento.

Obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Alan.

**O SR. ALAN SCHIAVON** – Poderia deixar um documento com a Mesa?

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Pode trazer, Sr. Alan.

Sr. Mário Moisés, da Vila Beatriz? E o próximo será o Sr. Marcio Chede, engenheiro.

Sr. Mário Moisés, o senhor tem a palavra. Obrigado pela presença.

**O SR. MÁRIO MOISÉS** – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde aos componentes da Mesa.

Eu já estive aqui, em outra audiência, e quero reforçar a preocupação com relação ao adensamento que atinge miolos de bairros. Eu vivo na Vila Beatriz. É um bairro de pequenas residências, lotes pequenos, muito próximo do metrô Vila Madalena, mas que tem uma dificuldade de acesso por causa da declividade. É um terreno montanhoso e também muito próximo da região de Pinheiros. O fato do adensamento já se reflete no nosso bairro, porque o trânsito aumentou muito e, como já foi falado, anteriormente, aqui, a cidade não tem

infraestrutura para suportar determinadas alterações, que não são idênticas em todos os locais da cidade. Tem locais que podem ter infraestrutura e capacidade de aguentar um adensamento, de ter mais densidade populacional, mais gente se movendo, mais carros se movendo, transporte público, etc.; tem outros locais que não. Nosso bairro sofre com deterioração das vias. Sofre com trânsito elevado. Eu demorava, para ir até Pinheiros, de carro... Não estou falando de metrô. Demorava 10 minutos. Agora, demoro meia hora, não menos, porque não há possibilidade e não haverá possibilidade de ampliar as vias.

Outra coisa: muitos lançamentos... Talvez as pessoas que comprem devessem saber o nível de interrupções de serviços de energia que ocorrem nos bairros, o nível de interrupção de serviços de telefonia celular e outros problemas que nós enfrentamos. Então, é necessário – já disse, aqui, anteriormente – que estudos sejam feitos, bairro a bairro, regionalmente, etc., para se dar novos passos. Nós estamos num momento, não de pisar no acelerador, de ter cautela, refletir e olhar localmente.

Por isso, eu faço uma solicitação, aqui: que não se altere, especialmente na Zona Mista, a tolerância ou a possibilidade de construção em gabaritos maiores, para quadras que tenham pelo menos 40%, já, de ocupação de edifícios, com gabaritos maiores do que estão delimitados. Eu acho que deveria se manter os 50% que atualmente estão na lei e, se puder, ser mais restritivo ainda.

Muito obrigado a vocês. Um bom trabalho a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado. Sr. Marcio Chede, engenheiro? A próxima a se manifestar será a Sra. Rosanne Brancatelli, do Pró-Pinheiros. Sr. Marcio, obrigado pela presença. O senhor tem a palavra.

**O SR. MARCIO CHEDE** – Boa tarde, Vereadora. Boa tarde, Vereadores. Senhoras munícipes, senhores munícipes, boa tarde.

O Plano Diretor da cidade de São Paulo, aprovado em 2014, tem como sua principal diretriz o adensamento ao longo dos eixos de transporte e, para isso, foram criados os eixos de estruturação urbana. Essa diretriz foi muito bem-vinda. É uma diretriz inteligente, porque, além



de outras vantagens, ela aproxima as pessoas do transporte coletivo e reduz deslocamentos. No entanto, delimitou-se uma área muito pequena – na época, em torno de 3% da superfície da cidade – para a implantação dos eixos de estruturação urbana. Na época, foi apontado que, não num primeiro momento, mas, passados três, quatro anos, nós teríamos problema em função da pequena área para acomodar os eixos – e, realmente, nós estamos vendo problemas.

Agora, existe uma concentração exagerada de empreendimentos, um do lado do outro, aumento de preços de terreno, guerra entre construtoras para adquirir as áreas. E, aí, vem uma demonização do eixo por parte de alguns setores da sociedade, mas o problema dos eixos não é o eixo em si. O problema dos eixos é o tamanho dos eixos. O problema dos eixos é a falta de eixos. Esse é o problema. Você pega um mercado imobiliário consistente e vigoroso, como é o mercado paulistano, e você quer inseri-lo em 3% ou 4% da área superficial da cidade de São Paulo? Isso não vai dar certo. Você vai ter problemas com relação a isso.

Agora, o mercado é consistente e vigoroso na cidade de São Paulo. Não é porque os construtores querem, não. É porque existe demanda. As pessoas, aqui, gostam de comprar imóvel. O brasileiro tem essa cultura e existe demanda. E nós precisamos acomodar essa demanda. São Paulo é a quarta cidade mais populosa do mundo. A gente esquece isso, mas precisa ficar com isso na cabeça, toda vez que a gente quer fazer alguma diretriz para a cidade. E é a maior cidade da América Latina. Nós vamos precisar de 700 mil habitações para os próximos dez anos. Nós temos que fazer muito HIS, temos que fazer habitação para a classe média, temos que fazer habitação para a classe média alta. Nós precisamos acomodar isso. É interessante que nós aprendamos com os erros. Mas, infelizmente, eu vejo, Srs. Vereadores, que agora, hoje, nós estamos cometendo o mesmo erro que foi cometido em 2014...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Para concluir, Sr. Marcio, por gentileza. Já excedeu o tempo.

**O SR. MARCIO CHEDE** - O mesmo erro, ou seja, nós estamos mantendo os eixos. A revisão propôs uma área muito restrita de eixo. Então, eu gostaria que fosse observada a regra aprovada no Plano Diretor para os eixos, de 700 metros...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Sr. Márcio, eu vou pedir que o senhor conclua. É que o senhor está se excedendo demais e eu não posso permitir. O senhor traga para o Vereador Goulart, por gentileza. Já excedeu 30 segundos.

**O SR. MARCIO CHEDE** - Está bom. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Márcio, eu peço desculpas, mas eu preciso fazer cumprir o tempo. Sra. Rosanne Brancatelli, do Pró Pinheiros.

**A SRA. ROSANNE BRANCATELLI** - Bom dia a todos. Eu gostaria de começar agradecendo ao relator Rodrigo Goulart, que se empenhou bastante em ouvir vários movimentos e coletivos, várias demandas da população de Pinheiros, da zona Oeste e outras zonas. Empenhou até os finais de semana. O pessoal está trabalhando duro para conseguir conciliar tantas demandas. A gente vê que não é pouco e o tempo já acabou. Infelizmente, a liminar de extensão caiu e a gente não conseguiu as reuniões regionais. Eu não pude participar, até me desculpei das audiências, porque estou com um problema sério de saúde, adoraria ter estado aqui em todas, como alguns poucos participantes.

Gostaria, inclusive, de colocar uma observação com esse último participante, que ele se contradiz na sua fala, por várias vezes. A cidade é grande. São milhões e milhões de habitantes, tem moradia vazia, mais do que gente na rua. Senhores construtores, quer dizer, adensa para quem? Como disse o Rubinho, que em algumas áreas, como Pinheiros, por exemplo, o IPTU é muito alto. Realmente, o IPTU é muito alto. Cadê as zonas de ZEI em Pinheiros? Cadê? A gestão anterior, que é Oposição a essa gestão, programou a zona dos eixos. Me, desculpe o Nabil que está por aí, mas eu sempre falo ao contrário. Essa zona dos eixos é uma furada. Me desculpe vocês, senhores presidentes das incorporadoras. É uma furada, porque vocês estão aumentando as zonas de calor na cidade. Cadê, cadê o respeito às ODS? Cadê o respeito às ODS? Não tem, não tem! O adensamento é uma furada, porque os prédios estão vazios. Eu moro em Pinheiros e eu vejo os prédios vazios. Senhores diretores da Abrainc e do Secovi que estão aqui, eu não estou entendendo esse papo furado de adensamento. Como disse o Rubinho, IPTU é alto, lá não cabe ZEIS. Que é uma pena. A gente pediu, passou a

orientação, a localização para o Rodrigo, o Rodrigo vai nos atender. Temos uma pequena área e gostaríamos de ver ZEIS ali, porque não está atendendo o trabalhador. É uma mentira deslavada, é uma falácia, não atende essa facilidade...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Para concluir Sra. Rosanne.

**A SRA. ROSANNE BRANCATELLI** - Nossa, eu já acabei? Inacreditável! Eu queria fazer elogios à sua observação do IPTU, porque é muito importante. Desculpa, eu tinha muito para falar, o tempo é curto, infelizmente...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Se a senhora quiser trazer até o Rodrigo, ele pode receber.

**A SRA. ROSANNE BRANCATELLI** – Ah, não! O Rodrigo, sem reclamação. O Rodrigo ouve e tenta atender. Eu sei que está difícil de ele costurar tudo isso...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Eu vou pedir para a senhora concluir, por favor...

**A SRA. ROSANNE BRANCATELLI** - Eu admiro o trabalho de algumas pessoas aqui. Algumas.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Obrigado, Sra. Rosanne. Sra. Elaine Resende, Munícipe.

**A SRA. ELAINE RESENDE** - Bom dia. Ontem eu estive fazendo a minha colocação. Peço até desculpas ao Sr. Rodrigo, Vereador, de que não era a minha intenção de fazer nenhuma crítica. Porém, é aquilo que eu falei, toda crítica é construtiva. Tanto que eu tive um retorno dos seus assessores ontem, e o que foi falado?

Eu vim aqui representando essa quadra, os moradores da quadra, da Água Branca, que pega ali a Rua Clélia, Guaicurus, Venâncio Aires, Dr. Augusto de Miranda. E o que está acontecendo conosco é que a maioria de nós, moradores, proprietários, somos antigos ali e a maioria com seus imóveis já antigos, ultrapassados. A maioria aposentados e não tem condições de dar aquela manutenção nos seus imóveis. Temos várias propostas, porém, pelo Zoneamento ser em ZEN e não ZEU, as propostas não vão para a frente. Aí o que acontece? Ontem o Sr.

José Carlos, Assessor do Sr. Rodrigo, Vereador, ele me disse o seguinte: Olha, Dona Elaine é ZEU. A senhora está em ZEU. Porque ZEN é ZEU. Falei, como assim? Ah, é do Arco do Tietê, mas ZEN é ZEU, capacidade construtiva é a mesma coisa, e aí vocês estão dentro do ZEU. Falei: então coloca lá ZEU. Ah, não pode, porque está dentro... Então, entendi essa parte.

Gostaria, realmente, que ficasse bem claro para nós que, se ZEN é ZEU e se o nosso Zoneamento, podemos construir de forma ilimitada, como foi passado pelo Assessor José Carlos, então, o que é que acontece? É isso que realmente fica a dúvida para nós que somos munícipes aposentados e precisamos negociar a questão dos nossos imóveis, não tendo nenhuma objeção. Certo?

Então, isso é que eu fiz, minha colocação de ontem. Realmente, ontem eu fui atendida, assim, diretamente, para estar entendendo, enquanto munícipe, porque eu não sou de construtora. Sou apenas uma proprietária de um imóvel representando um conjunto e uma quadra. Então, que realmente fique claro para todos nós e para as construtoras que, realmente, se ZEN é ZEU e se ali é só pelo Arco Tietê, então, nós estamos tranquilos quanto a isso. Essa foi a orientação que eu tive.

- Assume a presidência o Sr. Rodrigo Goulart.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** - Próximo inscrito, o Sr. Thiago Henrique Karai Djekupé, em terra indígena Jaraguá-Guarani.

**O SR. THIAGO HENRIQUE KARAI DJEKUPÉ** - Sou o Thiago Henrique Karai Djekupé, venho lembrar aos senhores que o Pico do Jaraguá, há mais de 25 anos, é tombado pela Unesco, como patrimônio da humanidade. A terra indígena Jaraguá é demarcada pela Portaria 581 de 2015, com seus 532 hectares. Nosso povo é sujeito de direitos. Direito na Carta Magna desse país através do nosso Art. 231 e o Art. 232. Também temos o nosso direito, dentro da Convenção 69 da OIT, o qual o Brasil é signatário. Nós deveríamos ter uma consulta livre, breve, informada, de boa-fé, respeitando nossos costumes, línguas e crenças, que essas

audiências, nenhuma delas respeitou. O nosso direito a uma consulta, pela convenção 69 da OIT, não está acontecendo como deveria. Nós protegemos o último remanescente de Mata Atlântica. São 14 % de Mata Atlântica que ainda restam, um bioma que vem sendo devastado. E a construtora Tenda e outras construtoras estão cobiçando o nosso território, querendo transformar o nosso território em uma área de especulação imobiliária. Mas nós iremos resistir.

A construtora Tenda deve aceitar a transferência de potencial construtivo e construir o seu empreendimento em outro lugar, na Faria Lima, na Paulista, mas não no pouco de Mata Atlântica que ainda resta em nosso território. Se esta Câmara aprovar qualquer plano de zoneamento que fira os nossos direitos, nós iremos à justiça, nós iremos buscar quem quer que seja para garantir que o nosso direito seja colocado em prática. Vocês não podem continuar colocando a nossa vida sob ameaça. Nós já estamos sofrendo impacto das ações da construtora Tenda e da MRV e de outras empreiteiras que estão derrubando o pouco de mata que existe em nosso território, colocando em risco a vida, a fauna e flora.

Nós precisamos de respeito, precisamos ser ouvidos, conforme a Convenção 69 da OIT, e quero pedir para que vocês garantam o Cinturão Verde Guarani, que vocês garantam a área de proteção do nosso território, a área de amortecimento do Pico do Jaraguá. Eu quero que vocês garantam aqui, pois senão, nós vamos entrar na justiça e vamos pedir a ilegalidade desse processo que está ferindo o direito de um povo originário.

Vocês querem falar de memória? Lembrem-se de que o Pátio do Colégio foi construído sobre a violência dos corpos do povo Guarani. A sua violência ainda se encontra em nossa vida, mas nós não iremos nos curvar, nós iremos resistir.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Próximo inscrito, a Sra. Beatriz Novick, do MTST.

**A SRA. BEATRIZ NOVICK** – Bom dia a todos e a todas, ou boa tarde, estamos chegando aí na hora do almoço. Eu sou a Bia, sou coordenadora do MTST aqui em São Paulo, movimento que esteve presente em várias das audiências públicas, ao contrário do que disse o próprio Rubinho Nunes, que inclusive levantou da mesa, não sei por que, se tem medo do MTST,

mas a gente esteve sim. Onde estava o Sr. Rubinho Nunes na audiência do Grajaú? De Perus? De Sapopemba? Não estava, não ouviu nossas propostas, porque não pisa na periferia e não conhece a realidade do povo periférico.

Mas com todo respeito ao público que está aqui, aos senhores e à senhora Vereadora, a gente tem propostas sim e, se o Sr. Rubinho não ouviu, a gente vai reafirmá-las aqui na plenária. Primeiramente, a gente tem de democratizar a cidade. As pessoas que moram no fundão demoram duas, três horas para chegar ao trabalho e a gente não quer estar no centro somente para servir, a gente quer morar no centro. Muito se fala em eixo urbano, muito se está falando aqui, mas cadê a moradia popular no eixo urbano? A nossa proposta é cota de solidariedade nos eixos urbanos, que a contrapartida das construtoras se dê com um percentual de cota de solidariedade, de moradia popular para a HIS 1. Essa é uma das nossas propostas.

Além disso, os órgãos públicos precisam começar a fiscalizar melhor quem é a HIS 1, para, de fato, ir para as famílias da periferia que mais precisam. Além disso, a gente quer o aumento das áreas de ZEIS 3, no centro expandido, para as pessoas de baixa renda morarem. Isso é democratizar a cidade, porque a gente tem sido expulso cada vez mais para o fundão, demorando mais para chegar ao trabalho e daqui a pouco a gente nem em São Paulo mais vai morar.

Segundo: a gente quer acesso e dignidade às pessoas que moram em comunidades não regulamentadas ainda. Nós queremos o aumento das ZEIS 1 em áreas consolidadas e estruturadas, para que os serviços cheguem para as pessoas, para que as mães possam utilizar o serviço público, as UBSs, um transporte de qualidade.

Por último, a nossa outra proposta tem a ver com a lei da função social. Como já foi dito aqui, tem muito imóvel vazio e muita gente sem casa, mas muito mais imóvel vazio do que gente sem casa. A gente precisa que o Prefeito seja responsabilizado quando ele não cumpre com a função social da propriedade. Queremos punição quando isso não acontece, porque está na lei e é crime quando não se cumpre a lei. Nós, MTST, lamentamos a falta de participação popular, mas a gente continua na luta por uma cidade digna e igualitária. MTST.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Próxima inscrita, a Sra. Angela Cristina Fernandes, do Movimento Defenda o Parque Previdência, ONG SOS Bicho.

**A SRA. ANGELA CRISTINA FERNANDES** – Boa tarde a todos.

Lembrando a esta Casa, que é para o bem público que estamos fazendo as coisas, e não para o mercado. Gostaria de questionar algumas falas dos representantes do Secovi e da Abrainc e as construtoras, essas incorporadoras. Precisam planejar a cidade, levar o desenvolvimento para as periferias, levar oportunidade de emprego. Ou vocês vão fazer a população de Brasilândia, Perus, Grajaú, São Mateus, vir morar no centro expandido? Uma pergunta, hein? Incorporadores. Vão? Não sei. Estão construindo habitação popular nessas áreas? Não. Por quê? Porque um pobre é lixo para vocês.

Não estão fazendo imóveis de alto padrão para quem mora nessas áreas. Imóveis de alto padrão, não é para nós. Quem vai morar nesses imóveis? A população está decrescendo. E isso é uma pesquisa da Fundação Sead, que prevê uma população de 12 milhões em 2050. Ou seja, não vamos crescer ao contrário do que dizem. São Paulo vai virar um grande Airbnb. Nós, que somos da grande metrópole de todo o mundo, estamos vendo isso. As pessoas, moradores da cidade, já não encontram mais imóveis para morar, sendo que há 600 mil imóveis em São Paulo vazios.

Precisamos de uma cidade inteligente e isso significa uma cidade justa, inclusiva, para todos e não para investidores. Eu queria saber da pesquisa que o senhor disse que fez, se o senhor perguntou para a população sem-teto o que ela quer? Se você perguntou para os nossos povos originários o que eles querem? Se perguntou para a população o que ela quer?

Nós não queremos corredor de ação climática, piorando a nossa vida, porque a gente tem um planeta só, a gente não tem um plano B, porque a gente não tem um planeta B, a gente precisa preservar a nossa fauna, flora e o meio ambiente. A gente não quer a destruição deste planeta. Ou a gente para de destruir ou a gente vai morrer. E as incorporadoras pensem muito bem nas suas consciências, porque vocês têm filhos e esses filhos vão crescer.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Obrigado. Próximo inscrito é o Sr. Vezio

Natalino Nardini, da Associação Amigos da Gabriele D'annunzio e peço para o próximo também já se posicionar.

**O SR. VEZIO NATALINO NARDINI** - Bom dia a todos. Bom dia aos Srs. Vereadores da Mesa. Mais uma vez estamos aqui argumentando contra as justificativas que nos foram apresentadas. Hoje, em conclusão, trazemos não as nossas palavras, mas as justificativas e a proposta de emenda da Vereadora Janaína Lima, que atendeu às nossas argumentações.

E, só rapidamente para lembrar, é o caso de mudar uma pequena área no Campo Belo, esquecida nos ordenamentos passados. A justificativa da Sra. Vereadora foi – e isto faz parte de um protocolo de emenda aditiva, protocolo EME 27.703, que a gente pediria que os senhores vereadores assinassem digitalmente, ajudando nessa aprovação -: “o desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada Água Espaiada, bem como a instalação do monotrilho e corredores de ônibus, descaracterizaram a ZER contida no perímetro em questão, deixando as poucas casas residenciais ilhadas em meio a edifícios altos e à infraestrutura de transporte. Por esse motivo, a ZER-1 residual e descaracterizada em área servida de transporte público deve ser convertida em ZCOR-3, possibilitando a instalação de pequenos comércios locais e o uso complementar ao residencial. Dessa forma, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação dessa emenda”.

A emenda aditiva proposta ao PL 586/2023, que dispõe sobre a revisão parcial da lei número 16.402, de 22 de março de 2016, visando a compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da lei número 17.975, de 8 de julho de 2023 - revisão intermediária do Plano Diretor ...

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Para encerrar, Sr. Vezio.

**O SR. VEZIO NATALINO NARDINI** – Mais dez segundinhos, por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Por favor, porque tem muita gente inscrita, ainda há mais 20 pessoas.

**O SR. VEZIO NATALINO NARDINI** - Eu sei. A proposta diz simplesmente: “ficam incluídas as quadras residuais contidas entre a Avenida Jornalista Roberto Marinho, a Avenida



Vereador José Diniz e a Rua Zacarias de Gois como ZCOR-3”.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Próxima inscrita, Sra. - Txai Suruí. liderança indígena do Povo Suruí.

**A SRA. TXAI SURUÍ** - Boa tarde a todos. Como falei, sou liderança indígena do Povo Suruí, também sou conselheira do Pacto Global da ONU, acabando de retornar da COP28, a maior conferência do clima, (palmas) onde o mundo inteiro está falando da importância, cada vez mais, de se preservar o meio ambiente, de se preservar a natureza.

Nós estamos vivendo uma emergência climática que afeta milhares de pessoas de todo o mundo, e essas empreiteiras não estão aqui representando nenhum comprador, nem o povo; estão aqui representando a própria especulação imobiliária, os seus próprios interesses. (Palmas) Não estão preocupados com o futuro, com o nosso futuro, com o futuro das nossas crianças.

E como já foi bem colocado aqui anteriormente, nós temos as áreas que envolvem, que estão em torno de terra indígena, e precisa ser respeitada a 169. A audiência pública não é consentimento livre prévio informado. Então, eu peço a esta Casa Legislativa que, se essas construtoras não se importam com a nossa vida, que vocês não sejam como a construtora Tenda, que são os que mais ameaçam a vida aqui na cidade de São Paulo, que mais vem ameaçando o Povo Guarani. (Palmas)

Nós precisamos resistir, porque isso diz respeito à vida de cada um de nós. Então, faço pedido para que sejam mantidas as áreas do entorno da terra indígena do Jaraguá como ZEPAM. É isso. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Muito obrigado. Próxima. Sra. Jacileide Martins, liderança indígena do Jaraguá.

**A SRA. JACILEIDE MARTINS** – (Profere cumprimento em guarani) - Bom dia. Sou Jaci, liderança da terra indígena do Jaraguá. Quero falar aqui sobre São Paulo: sua história é feita em cima do sangue de indígenas; e São Paulo tem ruas, bairros, vilas com nome indígena.

E por que é que, de certa forma, os povos indígenas são tão presentes, mas de outra,

são invisíveis, não são reconhecidos, não são ouvidos, não são tratados como seres de direitos aqui nessa cidade tão grande? (Palmas)

Outra coisa: minha avó e meu vô lutaram muito por esse território, por 1,7 hectare. E hoje, seus netos, seus filhos, seus bisnetos estão lutando para que essa terra seja maior, para que a gente consiga sobreviver. Quero dizer a vocês: não façam parte desse genocídio. Não façam parte da extinção desse povo que ali habita há muitos anos. Não ajudem a acabar com uma cultura que ali está resistindo e sobrevivendo.

Peço que façam com que venha a acontecer a ZEPAM ali, que venham a garantir os nossos direitos. Porque, se vocês não garantirem, muito sangue será derramado ainda nesse território. Muito sangue será derramado de crianças inocentes. Porque a gente não vai desistir, a gente não vai deixar de lutar. Se meus avós morreram ali, lutando, e eu provavelmente vou morrer. E eu não quero que meus filhos, meus netos e bisnetos venham a morrer também. Então, garantam o nosso território, a nossa sobrevivência.

É isso que eu quero dizer para vocês. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** – Muito obrigado, Jacileide. Próxima Sra. Patrícia Guarani. Já peço para que a próxima se prepare, Sra. Júlia Navarro.

**A SRA. PATRÍCIA JAXUKA** – (Profere seu discurso em guarani e português, alternadamente) - Bom dia a todos, todas. Vou falar um pouco em guarani primeiro, depois eu falo em português.

Nós estamos aqui falando da importância da natureza, da nossa cultura. Porque a nossa luta não é de agora, é de muitos anos. Então, nós estamos aqui, e agradeço a fala de cada um, porque a nossa luta é de todos; não importa se é indígena ou não indígena, é de todos. (Palmas)

E eu estou feliz de poder falar. Apesar de ter a minha dificuldade de falar, eu estou aqui, porque é pelo nosso direito. A natureza, para nós, tem vidas também. Porque na nossa cultura, na cultura guarani, a natureza também tem os seus espíritos, que nem todos nós.

Nós temos o nosso espírito e a natureza também, a terra também, tudo. Então, nós

estamos aqui para defender. A luta é de todos, *aguyjevete* para quem luta também, para os nossos *tchondaros*, para todo mundo. E nós vamos continuar a nossa luta. Não é de agora, não é daqui a um ano, a nossa luta sempre vai ser e vamos continuar. Então, nossos jovens estão aqui se preparando para o nosso futuro também. É muito importante a presença deles.

Então, *aguyjevete* para todos. *Ha´evete*. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** - Obrigado, Sra. Patrícia. A próxima é a Sra. Júlia Navarra e, em seguida, já peço que se posicione é o Sr. Rodrigo Centini.

**A SRA. JÚLIA NAVARRA** - Bom, primeiro eu quero agradecer, agradecer a plenária. (Pausa) Opa, está contando? Agradecer também as falas que me antecedem. Acho que o povo guarani tem o dom das belas palavras, então, venho aqui só para complementar mesmo e também, acho que parabenizar por todo o deslocamento de vocês, duas horas e meia para o pessoal vir e chegar aqui.

Em relação a isso também, gostaria de reafirmar, como já foi dito, que este lugar está longe de ser um espaço ideal, infelizmente. Isso aqui é dos *juruá*, ou seja, dos não indígenas. Estão falando de 169, consulta livre prévia informada, um direito que já foi internalizado pelo Direito Brasileiro, e que é preciso observar essa necessidade de consulta sobre os modos de vida guarani, sobre as suas lideranças e representações próprias dentro das suas aldeias, dentro de sua própria língua, enfim. Apesar dessas barreiras, estamos aqui, estamos juntos.

Queria dizer, enquanto advogada, que venho aqui e me posiciono na defesa do território guarani, na terra indígena do Jaraguá, zona Norte de São Paulo. E, quando a gente fala de São Paulo, é sempre bom lembrar que a gente não tem uma, mas tem duas terras indígenas. Também tem a terra indígena Tenondé Porã, em Parelheiros. E isso aqui em São Paulo, uma das maiores cidades do mundo, precisa ser valorizado. Eu considero um patrimônio imaterial, que a gente ainda, mesmo depois de 500 anos de genocídio, eles resistem e nos dão lições todos os dias.

Sobre o território, o MJ já reconheceu, na Portaria 518, a terra indígena do Jaraguá, enquanto território tradicional do povo guarani, então, com usufruto exclusivo, com a proteção

dos modos de vida desse povo, dentro da cidade de São Paulo. E ali tem o perímetro de entorno que precisa ser observado, pois que há também uma área de zoneamento. Então classificar como Zonas Especiais de Proteção Ambiental, pois que não cabe outro tipo de zoneamento se não esse, até porque, inclusive, essa denominação é para barrar o movimento que assola o território guarani, essa investida do movimento imobiliário sobre essas áreas.

Estamos falando exatamente do setor 207, quadra 998, que o pedido é para tornar ZEPAM, de ZEI para ZEPAM. É um absurdo que a definição atual seja de lote subutilizado. Nós entendemos, na verdade, que “subutilizado” são os milhares de imóveis desocupados no centro de São Paulo.

Vale lembrar também a Portaria Interministerial nº 60, de 2015, que determina a inviabilidade desse tipo de empreendimento no entorno de terras indígenas no País. Aliás, já conseguimos embargar algumas obras e vamos embargar mais, independente do zoneamento.

- Manifestação na plateia.

**A SRA. JÚLIA NAVARRA** - A região também é sobreposta a um parque estadual, Unidade de Conservação de Proteção Integral, usufruto também.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** - Para encerrar, Júlia, desculpe.

**A SRA. JÚLIA NAVARRA** - Está bom. Só para encerrar mesmo, eu queria dizer só mais isso: os indígenas hoje estão na frente da luta global pela defesa do meio ambiente, pela contenção dos avanços das mudanças climáticas.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** - Para encerrar, Júlia, por favor.

**A SRA. JÚLIA NAVARRA** - Enfim, *aguyjevete* para quem luta. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart)** - Muito obrigado, Júlia. O próximo inscrito, Rodrigo Centini. Já peço para que se prepare para falar, em seguida, a Sra. Juliana Guedes.

**O SR. RODRIGO CENTINI** - Boa tarde. Depois dessas falas tão essenciais, eu fico até sem graça, parabéns MTST e povo guarani. Vou falar em nome do MAVA, que é o Movimento Amigos e Moradores da Vila Anglo, na zona Oeste de São Paulo.

Estamos vindo aqui desde o início das audiências. Temos sido bem atendidos pelo

Relator Vereador Rodrigo Goulart, pela equipe dele. Tivemos nossas demandas até o momento parcialmente atendidas, o que já é uma grande evolução. Entendemos que ao longo da votação, pós-votação do primeiro substitutivo, teremos um avanço na análise técnica das demandas que foram prometidas para nós e que teriam sido atendidas na integralidade. Então acredito que isso ainda possa ocorrer, Vereador Rodrigo, enfim, tem um tempo ainda que esperamos o trabalho árduo de vocês, que continue.

Mas eu queria aproveitar a oportunidade hoje para falar também de algo que aconteceu ontem, que nos deixou bastante preocupados. Eu, particularmente, como arquiteto, urbanista, professor de urbanismo na Unesp, percebi que foi um pedido orquestrado e organizado do mercado imobiliário, através da Secovi, que veio com uma demanda muito bem ensaiada, inclusive pessoas aqui vieram falar em nome de moradores, "Morador, morador". Mas era, na verdade, exatamente a mesma demanda que o Secovi e o pessoal das incorporadoras, qual seja, alterar o gabarito de ZM e ZC. E é engraçado que o grande argumento deles, a grande palavra, eu assisti ontem as duas audiências, e vi que a grande palavra utilizada pelo ensaio deles foi de que era inviável produzir habitação em ZC e ZM.

E para resolver isso, eles queriam, entre outras coisas, pedir que o gabarito de ZM virasse o que hoje é o gabarito de ZC, porque a única coisa que diferencia em relação ao potencial de construção, o gabarito, CA e tudo mais, de ZM para ZC é a altura, é o gabarito. Ou seja, um estipula 28 andares, ZM; o outro determina 48, que é ZC. E eles pedem que ZM vire 48, que já é o da ZC.

Daí me pergunto, se eles mesmos estão dizendo que ZC é inviável para produzir habitação social, por que eles querem que a ZM vire ZC? Ou seja, vão criar uma nova inviabilidade? Quer dizer, foi algo que veio de última hora, provavelmente organizaram dentro da Secovi essa demanda para aumentar a possibilidade de negociar as construções na cidade. E é muito triste, porque eles vieram aos 45 do segundo tempo, nessa votação agora, do primeiro substitutivo. Então, não dá nem tempo para discutir tecnicamente.

E ainda alegaram que tem muito pouca ZEU na cidade, o mercado não vai atender,

mas isso é mentira, porque a ZEU permite que você construa até dez vezes a área do terreno, com os benefícios da Prefeitura.

Portanto, se eles não conseguiram atender a construção de habitação social, HIS, HMP, nas ZEUs, óbvio que eles não vão atender em ZM e ZC. Precisamos ficar atentos a essa manobra última do Secovi, que apareceu ontem. Mas é isso, muito obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Obrigado pela contribuição. Quero registrar e agradecer a presença do vereador Xexéu Tripoli aqui conosco. Obrigado, Vereador. Eu sei que todos sentiram a minha falta aqui rapidamente. Próxima oradora é a Sra. Juliana Guedes. (Pausa) Está ausente. Então, Sr. Alex Sartori. (Pausa). Obrigado, Senhor Alex, pela presença, tem a palavra.

**O SR. ALEX SARTORI** - Bom dia a todos. Bom dia a quem está acompanhando a gente ainda pela internet também. A política urbana de São Paulo se tornou uma coisa completamente maluca e impossível de ser compreendida, entendida e controlada pela população.

Não existe processo participativo que seja verdadeiro com uma lei, com um conjunto de leis, como essa que está sendo criada para a cidade de São Paulo, de uma forma completamente atropelada, com sobreposições que nem todo mundo pode perceber e que nem todo mundo vai entender. E eu vou explicar isso.

Grande parte da discussão sobre o zoneamento que estamos fazendo agora já não vai se aplicar no momento em que a lei for aprovada, ou mesmo ela vai ser modificada logo em seguida, inclusive a partir já do ano que vem.

Essas áreas, essa confusão acontece por uma distorção que a Prefeitura produziu no Plano Diretor. Existiam, em 2014, os planos urbanos, os PIUs, que eram, naquele momento, chamados de Projetos Integrados Urbanos e foram modificados para Planos Integrados Urbanos

para ratificar essa distorção que a própria Prefeitura causou.

O que acontece? Nesses planos, as regras são definidas em uma outra instância, tanto daquilo que se pode construir quanto do próprio zoneamento. Então, é possível alterar a quantidade de construção nessas áreas e todo seu uso, o que é o que estamos discutindo aqui no zoneamento, em outras leis, em outros momentos e em outras discussões.

Isso já vale, por exemplo, para o setor central, para o centro de São Paulo, vale para o Jurubatuba, para o Arco Pinheiros e algumas outras áreas que também serão modificadas.

Elas já cobrem uma área bastante significativa, uma área enorme da cidade, e não estão demarcadas, não estão explícitas no Mapa do Zoneamento. Entre esses PIUs, entre esses projetos, estão o Anhembi, o Arco Jurubatuba, o Arco Leste, o Arco Pinheiros, o Arco Tietê, o Jockey Club, o Minhocão, o Nações Unidas, o NESP, o Pacaembu, o Barra Funda, o Setor Central, o Vila Leopoldina-Villa-Lobos, o Vila Olímpia, além das Operações Urbanas Água Espreada, Água Branca e Faria Lima. Em todas essas áreas, a gente pode construir mais e diferente daquilo que está definido no Zoneamento. Nessas áreas, esses projetos se sobrepõem ao Zoneamento. Então, tudo o que a gente está discutindo aqui, em muitas áreas, aquilo que a gente pode ver no mapa e na lei dessa discussão não estão, de fato, valendo ou não valerão, elas não podem ser modificadas, inclusive na totalidade da área urbanizada de São Paulo.

Portanto, Rodrigo, eu peço que os Mapas do Zoneamento apaguem as áreas que já estão modificadas por outras leis, como o Setor Central, o Jurubatuba, o Arco Pinheiros, a Vila Andrade e outros que já estão definidos...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Para concluir, Sr. Alex, por gentileza.

**O SR. ALEX SARTORI** – ...onde já tem um zoneamento próprio e que as áreas em que vão entrar em discussão, inclusive já estão em discussão, sejam demarcadas no mapa como áreas a serem modificadas, como, por exemplo, o Arco Leste e o Arco Tietê. Inclusive, a companheira que disse que estava confusa, que não entendia o Zoneamento, é por causa disto, porque as leis estão se sobrepondo, e a gente não tem verdadeiro controle sobre isso. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Alex.

Sr. Vladimir Iszlaji, da Abrainc. (Pausa) Ausente. Sra. Bruna Santini. (Pausa) Ausente. Sra. Daniela Marques. (Pausa) Ausente. Sra. Keila Araújo. (Pausa) Ausente. Sr. José Jacinto, do Movimento Defenda Parque Previdência (Pausa) Obrigado pela presença, Sr. José. O senhor tem a palavra.

**O SR. JOSÉ JACINTO** – Boa tarde. Sou o José Jacinto, representante e conselheiro gestor do Movimento Parque Previdência. Trago aqui a parabenização por, mais uma vez, podermos exercer a cidadania e de termos sido compreendidos no nosso peito de tornar os Lotes 25 e 26 da Quadra 214, Setor 101 em ZEPAM com o apoio do relator. Relembrando que a obra do Lote 26, sem aprovação da SMU, sem licenciamento, foi embargada pela SVMA. A obra provocou diversos impactos na preparação do terreno, crimes ambientais, tais como supressão de árvores, retirada de quatro metros de aterro, rebaixamento do lençol freático, bombeamento de água durante o embargo e canalização do Córrego Tapera, secando as nascentes do parque e provocando, na fauna, um impacto muito grande, com os animais saindo para fora do parque em busca de alimentos e abrigo, e morrendo.

Continuaremos a luta por esses espaços, cuidando para que seja restaurada sua mata e para que tenham o restabelecimento e o reconhecimento das nascentes e de volta o reequilíbrio do ecossistema. Agradecemos também a esta Casa e todos os envolvidos e preocupados com a nossa causa e que são responsáveis por esse fato.

Essa causa na cidade de São Paulo se iniciou nos anos 90 e com outros defensores e entramos em cena na continuação dessa luta para manter essa área verde, que é uma herança para as próximas gerações que aqui estão presentes. Lembrando também que houve a inclusão de outras áreas para se tornarem ZEPAM em nosso território, fruto de movimentos que pertencem à Rede Ambiental Butantã, que defende causas em prol do meio ambiente, da qualidade de vida e direito dos animais, entre outras.

Trago também uma proposta de um grupo que eu também participo, o Fórum Verde, para que as ZCOR e as ZM localizadas no entorno das ZEPAM e das APPs urbanas sejam transformadas em ZCORa e ZMA como forma de amortecer o impacto de construções e formas



de uso e ocupação do solo, que impactam negativa e diretamente a qualidade ambiental das áreas verdes e parques. Desse modo, as ZCORa e a ZMA atuarão como Zonas de Amortecimento das ZEPAM.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. José.

Sra. Rosalia, do Coletivo Jurubatuba Mirim. (Pausa) Obrigada pela presença, tem a palavra.

**A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – Boa tarde a todos. Estou aqui novamente para reforçar o pedido de exclusão da ZEU na Quadra 32 do Setor 38, porque essa quadra possui riacho, vilas, ruas estreitas, declividade, e ela já caiu três vezes também por conta do riacho.

Gostaria de parabenizar o Alex Sartori pelo canal que ele tem no YouTube chamado *De que são feitas as cidades?* A gente aprende muito com esse canal; muita coisa que eu vim a desenvolver aqui foi pegando dicas no canal dele.

Quanto ao projeto, ao substitutivo, eu gostaria de, respeitosamente, dar algumas sugestões. “Art. 3º Independente da macroárea, não se aplicam os parâmetros de ZEU (...)”. “III - com acesso de veículos para rua com largura menor ou igual a 12m (dez metros)”. Eu gostaria, se pudesse, constasse “situados aos imóveis”. Entre parênteses, só para dar um toque, consta “dez metros”, viu, Rodrigo? Então, eu não sei se são 12 metros ou se são dez metros no inciso III. Acho que é preciso verificar essa confusão. Continuando. O inciso II do parágrafo do artigo 3º traz o seguinte conteúdo: “II - de Zona Predominantemente Residencial (ZPR) para imóveis contidos em vilas, ou que possuam acesso de veículo para rua sem saída (...)”. Eu substituiria a palavra “possuam” por “situam”. Por quê? Porque as ruas sem saída com 12 metros estão tendo um tratamento diferente das ruas com saída de oito metros. Mas ruas com largura de oito metros podem ter problemas. Eu já falei da questão do incêndio, de entrar caminhão de bombeiro, de entrar ambulância. São ruas muito estreitas para empreendimentos sem limite de gabarito, no meu humilde entender. “Inciso V - de Zona Mista (ZM) ou Zona Mista Ambiental (ZMa) para lotes

que possam acesso de veículos para ruas sem saída, inclusive aquelas com largura superior a 12m (doze metros), bem como aqueles com acesso de veículos para qualquer rua com largura menor ou igual a 8m (oito metros)”. Essa parte eu não entendi. Não sei se é a mesma dúvida da Laurita. No artigo 19...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Para concluir, Sra. Rosalia, por favor.

**A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – Nossa, já? Tem os 40% referidos no artigo 19, que altera o artigo 60. Eu sugiro 70%.

As outras, eu passo para o senhor depois. Pode ser? É que não deu tempo de escrever.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Se a senhora quer levar para o Vereador Goulart, ele já recebe da senhora.

**A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – É que não deu tempo de escrever.

Ah, só mais uma coisa importante. Quanto às vilas, ao fato de que os proprietários deverão requerer o reconhecimento, eu sugeriria colocar um proprietário só, qualquer proprietário. Porque, se forem todos, sairá muito caro esse processo.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sra. Rosalia. Agradeço por respeitar o prazo. Se a senhora quiser levar ao Vereador Goulart agora, ele já recebe da senhora. Pode trazer aqui.

**A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA FLORENCE** – Não, mas aí eu atrapalho quem vai falar depois.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sra. Rosalia.

Sr. Brean de Souza Pinto, do Instituto Makambira. (Pausa) Tem a palavra, Sr. Brean.

**O SR. BREAN DE SOUZA PINTO** – Boa tarde. É o seguinte, como é pouco tempo, eu vou tentar fazer um compiladão de um monte de coisa para falar.

Acho que um ponto importante, que a gente não pode perder de vista aqui, que já foi

falado, mas eu vou lembrar, é que a gente está num momento de grande responsabilidade histórica e social. Foi falado aqui que São Paulo é a quarta maior cidade do mundo, de fato é. E como que é a imagem que os senhores, que estão aqui fazendo a defesa dos compradores, que estão fazendo a defesa das incorporadoras, etc., etc., qual é a imagem que vocês querem passar para o resto do mundo? A imagem de uma cidade de São Paulo que pensa na sua responsabilidade social e ambiental, que preserva os povos tradicionais, os povos originários, ou uma população que simplesmente lava as suas mãos como fez Pilatos?

Então, acho que a gente precisa ter essa memória, essa responsabilidade e não perder de vista isso. Uma pena que algumas pessoas chaves já se retiraram, não ficaram até o final, porque estão acostumados com as articulações das sombras, (Palmas) com as articulações que não estão aqui, com as chantagens políticas, com as chantagens que dizem respeito ao interesse do grande capital.

Então, que vocês saibam que é a mão de vocês que está suja de sangue. É a mão de vocês que vai ficar suja de sangue. (Palmas) E outra coisa que eu gostaria de dizer: se não estão acostumados com o barulho, é porque na casa dos senhores vocês não dormem e acordam com um carro passando a cinco metros do seu quarto. Vocês não estão acostumados com o barulho, por isso vocês têm medo do barulho. E uma outra coisa que eu gostaria de dizer: a gente precisa pensar na segurança hídrica das pessoas. A água está acabando e o mundo não está acabando. O mundo vai ficar. O que está acabando, o que está correndo risco é a raça humana. Vocês não podem ter isso longe do olhar de vocês. Como que vai ficar o abastecimento de água desses espaços que vocês colocam? Vocês tentam empurrar para a gente um interesse que dentro de um único terreno, vocês vão receber não sei quantos IPTUs, vocês vão receber não sei quanto isso, que vai entrar dinheiro pra cá, vai entrar dinheiro pra lá, só que a qualidade de vida das pessoas fica onde? (Palmas) Como que essas pessoas vão garantir a sua alimentação, a sua água, o seu direito de habitação, de habitar, não é moradia, é habitar, porque tem muito mais além do que só um espaço para você ficar. Como que eu acesso a escola? Como o meu filho acessa a escola? Enfim...

Então, a gente deve ficar muito preocupado também com a questão da água, porque a privatização da água é para não faltar na piscina olímpica que tem lá na casa da pessoa (Palmas), é para não faltar água no terreno de mil metros quadrados da pessoa que precisa...

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Para concluir, por gentileza.

**O SR. BREAN DE SOUZA PINTO** – Ok, já estou concluindo. E para fazer coro com a voz dos irmãos originários: que a terra indígena vire ZEPAM. Valeu. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Brean.

Sra. Beatriz Torres, do Movimento Antes que a Vila Acabe, e o próximo será o Sr. Fernando Escudeiro.

**A SRA. BEATRIZ TORRES** – Boa tarde, Mesa, auditório e os que estão na internet.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Rodrigo Goulart pela gentileza, educação e o préstimo em receber vários grupos, porque os grupos se conversam e todos ficam a par do que está acontecendo um com o outro. Então, nós gostaríamos de agradecer, Rodrigo Goulart, o seu atendimento.

Eu sou da Vila Madalena, do Movimento Antes que a Vila Acabe. Gostaria de agradecer também à Silvia da Bancada Feminista pelos vários temas que colocou, pelas ZEPAMs, ZEPECs e todos os outros, que eu não vou citar para não gastar meu tempo, que é corrido.

Eu gostaria de agradecer ao Vereador Eliseu Gabriel, que nos ajudou e está ajudando vários grupos. Gostaria de agradecer aos que nos receberam, Vereador Toninho Vespoli e o Coronel Salles, dando abertura, porque muitos Vereadores não receberam os nossos grupos, eu digo grupos da zona Oeste, que somos todos ligados.

Então, eu queria falar o seguinte, eu corroboro a fala da Lucila Lacrete, ontem, com a carta que ela entregou do Defenda São Paulo, e também a fala do Ó do Borogodó. Então, em cima disso, eu gostaria de pedir, Rodrigo, por favor, que fosse apontado como ZEPEC, a Cinesala cinema, ali na Rua Fradique Coutinho, Rodrigo, por favor, ela tem 61 anos, começou como Fiammetta, é histórica, então, que fosse apontada como ZEPEC. E também o Beco do

Batman, que eu não preciso nem dizer que a cidade, estados e estrangeiros vão visitar o Beco do Batman na Vila Madalena, também como ZEPEC.

Eu queria falar o seguinte: o setor construtivo está abusando da nossa paciência. A primeira coisa é que, quando uma construtora chega, elas cortam as árvores da rua. E com as árvores vão os pássaros, os bichos, o ar, a sombra. Então, já começa por aí. Depois, é um barulho infernal. Nós perdemos nossos vizinhos e chegam pessoas trabalhando na obra que não estão nem aí com a vizinhança. Eles desrespeitam.

Então, eu vou falar o seguinte, uma árvore que eu vi sendo cortada pela Prefeitura, o funcionário falou: “Isso me dói no coração, porque é uma árvore saudável, não deveria ser cortada.”

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Para concluir, por gentileza.

**A SRA. BEATRIZ TORRES** – Já ouvi vários engenheiros falando: “eu não entendo como é que eles liberam a construção de prédios em lugares que não podem, como na Vila Madalena, que está saturada.” E eu escuto da Prefeitura que é obrigação, eles não têm como barrar, que a obrigação de legislar é dos senhores.

Então, para os 55 Vereadores, a obrigação de legislar a cidade é dos senhores. Então, não é a responsabilidade das construtoras que estão construindo, é dos Srs. Vereadores.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Pedir para a senhora (ininteligível), por gentileza.

- Falas sobrepostas.

**A SRA. BEATRIZ TORRES** – Então, por favor, votem com responsabilidade pela qualidade de vida na cidade. (Palmas)

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado.

Sr. Fernando Escudeiro.

**A SRA. BEATRIZ TORRES** – Última coisa, por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Não. A senhora já encerrou. A senhora já

encerrou. Vou pedir para que a senhora se retire. A bolsa da senhora ficou no microfone. Obrigado pelo aviso.

A Sra. Eliana Alves de Oliveira, da Rua Dona Carolina e Vila Mariana, será a próxima.

Sr. Fernando, obrigado pela presença. O senhor tem a palavra.

**O SR. FERNANDO ESCUDERO** – Boa tarde a todos. Boa tarde, Vereadores.

O meu pleito aqui não é tão nobre quanto dos povos originários, do MTST, mas esse é o momento de colocar todos os pleitos. Então, peço desculpas por não trazer um assunto tão relevante.

Minha questão aqui é sobre as atividades de ensino. Muitas das escolas aqui em São Paulo estão localizadas nos bairros ZER. E elas estão lá por conta da criação da cidade. Ou seja, quando foi feito o loteamento, as áreas institucionais dos loteamentos foram transformadas na escola. E, na época, a escola atendia toda a demanda do bairro, a demanda da região.

Mas hoje, com o crescimento da cidade, a escola precisa também trazer novas tecnologias, novas adequações para aprimorar a qualidade do ensino e até o número de vagas. Mas essas escolas que são de grande porte, de ensino fundamental e médio, elas são proibidas dentro de ZER, ou seja, são atividades NR3 que não podem mais ficar em ZER. Então, elas são muito limitadas com relação às reformas.

Então, a primeira sugestão seria permitir que essas escolas também ficassem instaladas lá e atingissem o potencial construtivo máximo de uma vez o terreno, alterando o artigo 120 para colocar a atividade de ensino NR3 também como atividade permitida em ZER.

Outra questão é o avanço do adensamento. Ele tem trazido também demandas por serviços, como as escolas. Então, muitas das regiões que são ZER e ZCOR, elas poderiam permitir as atividades de ensino infantil, sem necessidade daquela regra de obter anuência de 2/3 dos vizinhos no raio de 100 metros. Atividade infantil é pré-escola. Então, todo mundo quer ter uma escola do lado de onde reside para não precisar levar seu filho de até cinco anos de idade por longas distâncias. Ele ainda não precisa daquele ensino onde só uma escola específica que, às vezes, você gostaria de levar.

Então, seria importante permitir a atividade NR 18 nas atividades de ZCOR, ZCOR-1 e ZCOR-2, porque na 3 já é permitido, e também nas ZERs, uma vez que grande parte da população, que mora em ZER, também utiliza essas instituições e poderiam ter esses serviços mais próximos.

Hoje, minha fala era isso. Obrigado pela atenção. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Fernando. Eu, particularmente, considero o seu pleito bastante justo, Fernando. Acho que, junto do Relator, a gente vai estudar para ver como absorver no projeto. Obrigado pela contribuição.

A próxima é a Sra. Eliana Alves de Oliveira e, em seguida, o Sr. Nabil Bonduki.

Tem a palavra, Sra. Eliana.

**A SRA. ELIANA ALVES DE OLIVEIRA** – Boa tarde a todos. Eu falo da Quadra 102, Setor 38, que é a Rua Dona Carolina, que se localiza na Vila Mariana. O lado ímpar é ZM e o lado par é ZEU. E a nossa solicitação é que se transforme também em ZEU o lado ímpar.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ELIANA ALVES DE OLIVEIRA** – Eu estou falando agora.

Ela fica próximo do eixo de transporte, as quadras laterais estão dentro da ZEU e a gente já fez até o abaixo-assinado *on-line*, que será entregue futuramente.

Eu falo de 12 casas, na qual tem apenas 22 moradores. E dessas 12 casas, quatro estão desocupadas, deterioradas e com infiltração, prejudicando outras. A Rua Dona Carolina não está próxima de nascentes, não é próxima de igrejas, cemitérios, parques, praças ou hospitais. Não é uma área que tenha ou que provoque alagamentos. A parte íngreme da rua é menor do que a parte plana.

E assim, é muito fácil criticar ou julgar quem quer uma área ZEU, mas é só se colocar no lugar da pessoa, ir lá morar e ver as casas do lado, como estão cheias de problemas. Isso também é qualidade de vida.

E, para concluir, eu gostaria de agradecer ao Vereador Rodrigo Goulart, ao Vereador Rubinho, ao seu assessor Lucas, que deu uma total atenção para a gente.

Hoje, agora, somente eu estou aqui, o Marcos acho que já foi.

E é isso. Não é uma questão pessoal, eu falo em nome dos moradores da Rua Dona Carolina. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sra. Eliana.

Com a palavra, Sr. Nabil Bonduki, urbanista.

**O SR. NABIL BONDUKI** – Olá. Olá, Rubinho. Boa tarde, já, para todos e todas. Quero cumprimentar os Vereadores Silvia, Rubinho, Goulart, Sansão. E cumprimentar todos os representantes das entidades, movimentos, coletivos. Acho que eu sou o último a falar.

É difícil falar de tudo, obviamente. Quero me centrar em duas questões, que me parecem fundamentais. Primeiro, aquilo que apareceu muito na audiência de ontem, a reivindicação da mudança de gabarito nos miolos de bairro. Isso significa uma mudança estrutural no Plano Diretor da cidade de São Paulo.

O Plano Diretor da cidade de São Paulo estabeleceu que nós tivéssemos eixos mais adensados. Não vou discutir aqui o conteúdo e a pertinência da proposta, porque acho que não está em discussão agora. Eixos adensados perto do metrô, perto dos corredores de ônibus e maior controle de gabarito, de coeficientes de aproveitamento nas áreas distantes dos corredores de ônibus.

Então, eu acho que esse é um princípio pétreo do Plano Diretor e não poderia ser modificado, agora, simplesmente na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Evidentemente essa, como muitas outras questões, precisaria ser discutida de uma maneira muito mais profunda, que não vai ser feito nesse processo.

E a minha fala agora, para finalizar, Vereador Rubinho, Rodrigo, vai no seguinte sentido: a gente viu muitas coisas serem levantadas e muitas coisas na cidade, que são importantes, não estão aqui porque as pessoas não vieram. Muitas questões de zoneamento, porque ele foi feito de uma maneira equivocada. O Art. 345 do Plano Diretor diz que o zoneamento, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, teria que ser feito em conjunto com os planos regionais, a partir de uma análise territorial, que pudesse discutir em cada lugar, cada situação



específica.

A gente viu agora a última senhora que falou sobre uma rua; não sei a situação, é muito específico, mas, obviamente, se tivesse tido um plano regional, uma discussão específica da Vila Mariana, com tempo para poder fazer uma análise, um estudo técnico, talvez pudesse ser acolhida. Ou, pelo contrário, poderia ser que... (Palmas)

Então, veja, nós não temos uma avaliação correta da cidade, de cada região da cidade, que permita fazer uma série de questões que estão sendo levantadas aqui. E como nós não podemos fazer isso agora, quer dizer, não tem tempo, há uma disposição de votar hoje, em primeira; na semana que vem, em segunda, o que é uma loucura, porque ninguém sabe o que vai estar no segundo substitutivo. Então, não vai ter tempo para poder analisar.

E o que eu queria propor é o seguinte: que fique determinado, na Lei de Uso e Ocupação do Solo, que a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento proceda, em dois anos, 24 meses, um debate regionalizado, para poder discutir os planos regionais em cada subprefeitura, para que isso possa promover uma mudança correta, adequada, pensada como um todo, para a cidade poder se desenvolver melhor.

Ou seja, deixar uma obrigação para o Executivo, para que daqui a dois anos, depois que mudar o governo, depois, quando se tem um pouco mais de tempo de discutir, possa fazer uma mudança que considere o conjunto de questões que estão colocadas nas cidades, num estudo muito mais aprofundado, e que permita, então, estudar casos específicos e estudar como a cidade pode se resolver e enfrentar seus problemas.

Parece-me que deixar, por sete anos, uma série de questões pendentes, como estão colocadas agora, realmente é um equívoco para a cidade. E, certamente, nós precisamos enfrentar esse problema na medida em que é uma questão essencial para o futuro de São Paulo.

Acho que o processo, como já falei outras vezes, foi acelerado, no Executivo, no Legislativo, um processo que não foi baseado numa avaliação precisa de cada situação. E tem atendimentos, feitos pelo Vereador Rodrigo, que são atendimentos a reivindicações de certos setores da sociedade. Eu não vou discutir o mérito, mas são reivindicações pontuais: “Então,

retiramos a ZEU, da Vila Madalena”. Mas por que não tirou de outros lugares? Ou por que tirou da Vila Madalena como um todo? Está certo? E por que determinadas áreas daquela ZEU não poderiam continuar a ser ZEU? Então, eu considero que há atendimentos pontuais e de uma maneira que não é pensado o conjunto num plano para a cidade de São Paulo, uma Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade.

Finalmente, quero aqui somente reforçar o que foi colocado pela Bia, representante do MTST, da importância... Já que toda argumentação usada, seja no Plano Diretor, seja agora, é de que vai se ampliar adensamentos em função de habitação de interesse social, então, que se garanta, de fato, que exista habitação de interesse social nos eixos e se garanta que exista habitação de interesse social. (Palmas) Para isso, me parece fundamental que a gente tenha a Cota de Solidariedade ou mais ZEISs nessas regiões, de modo que se possa ter coerência entre o discurso de impedir que as pessoas morem na periferia com o que está na lei. E isso é fundamental que seja garantido, na medida do possível, como regra geral nessa proposta que vai ser aprovada – que parece que vai ser aprovada – até o Natal.

Muito obrigado. E vamos ver se a gente consegue avançar no planejamento de São Paulo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Nabil Bonduki.

Não havendo mais inscritos, passo a palavra à Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Queria convidar todas as pessoas que estão aqui presentes a olharem para trás. Olhem para trás. Esses dois quadros que estão neste salão, prestem bem atenção, são os povos indígenas que foram escravizados, que foram domesticados, catequizados e que estão retratados aqui nessa sala.

Esses quadros retratam uma população indígena que não é a população indígena que a gente quer no nosso país. A população indígena que a gente quer no nosso país são esses que vieram aqui hoje, (Palmas) são sujeitos de direito, sujeitos que fazem a história, sujeitos que estão mudando a história, porque hoje a gente tem uma ministra dos povos indígenas no nosso

país.

São esses sujeitos que vieram aqui na audiência dizer que eles querem que os seus territórios sejam preservados, demarcados. São esses os indígenas que a gente quer. Eles são os verdadeiros donos desta terra, eles são os povos originários. O que eles vieram trazer aqui hoje é que as poucas terras deles que sobraram têm que ser - porque a maior parte já foi roubada pelos brancos - demarcadas e que eles não tenham que abrir as janelas e ver construções, das poucas terras que estão com eles hoje. Não, eles querem que o entorno seja preservado e que o entorno seja transformado em ZEPAM. (Palmas) Então, essa é uma reivindicação justa.

Nós, da Comissão de Política Urbana, realizamos uma audiência pública dentro da Aldeia Guarani, lá no Jaraguá, na escola. Eu queria dizer que, depois que a gente realizou essa audiência, eu mostrei para o Relator, para o Vereador Rodrigo Goulart, que está aqui, que a demanda era transformar o que hoje é ZEIS em ZEPAM e uma outra área que não estava demarcada.

Felizmente deu certo. Eu quero aqui agradecer publicamente ao Vereador Rodrigo Goulart, porque ele acatou essa demanda dos povos indígenas. (Palmas) E hoje, o que vai ser votado em primeira votação já está lá, pintadinho de ZEPAM, aquilo que vocês reivindicaram.

- Manifestação do público

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Mas, apesar desta primeira vitória que é importante, ontem a gente viu aqui que a Construtora Tenda veio reclamar dessa inclusão. Vieram aqui, reclamaram. E é por isso que vocês estão aqui hoje, para mostrar que os povos indígenas são lutadores, são resistentes e que vão ficar até aqui enquanto forem votadas em segunda votação essas ZEPAMs ao lado das terras indígenas. A primeira coisa é essa.

A segunda coisa que eu queria dizer é que, além de os povos indígenas terem tido suas terras roubadas, uma outra população também teve suas terras roubadas, que é a população negra, a população migrante que veio do Nordeste para trabalhar aqui em São Paulo, aquela que construiu esta cidade, mas que não tem dinheiro para comprar uma moradia.

Hoje o MTST está presente na audiência para representar esse povo. O povo que

trabalha o dia todo, mas que o seu salário não dá para comprar uma moradia popular. É esse povo que, muitas vezes, tem que escolher entre comprar o leite para o seu filho e pagar o aluguel.

E é esse povo que, com luta, ocupa terras. Terras que têm que ser regularizadas. Terras que têm que virar HIS1, que têm que virar moradia popular. Para quê, gente? Para que a justiça seja feita. (Palmas) Então, o que hoje o MTST veio trazer aqui é uma reivindicação de justiça social.

É uma reivindicação de que as terras que foram ocupadas sejam regularizadas, que se transformem em ZEIS, para que possa ter projeto de moradia popular e que não haja mais ninguém sem casa, na cidade de São Paulo, na cidade mais rica do país.

Não haja mais mulheres e homens trabalhadores que, com o suor do seu trabalho, não tenham condição de comprar uma moradia, porque isso é injusto. E nós não podemos viver numa cidade em que haja um aumento cada vez maior de população em situação de rua, que é expulsa constantemente das suas moradias, porque não tem dinheiro para pagar um aluguel caríssimo. Então, é isso que eu queria falar hoje.

Também, quero falar de algumas demandas que o MTST trouxe e que foram atendidas pelo Relator, que está sendo muito elogiado nesta audiência pública, porque, realmente, ouviu e, aquilo que foi possível, ele atendeu.

Então, das várias demandas que vocês trouxeram, várias também estão sendo atendidas, porque são justas.

Em que pese tudo isso, nós temos, óbvio, não falei aqui de conjunto, mas a gente tem várias críticas ao projeto. Porém, gente, só para finalizar mesmo o que o *lobby* das empreiteiras, das construtoras, a ABRAIN e o SECOVI querem é mudar as poucas conquistas que nós tivemos no substitutivo. Será como retroceder.

Nós não vamos deixar retroceder. Nós não vamos deixar que o mercado imobiliário dite o que a cidade tem que ser. Quem tem que ditar o que a cidade tem que ser é a população pobre, a população trabalhadora, a população negra, a população indígena. E é isso que a gente está fazendo hoje nesta audiência pública e faremos mais tarde, até o final, da votação.

Valeu. (Palmas)

**O SR. RODRIGO GOULART** – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Tem a palavra o Vereador Rodrigo Goulart.

**O SR. RODRIGO GOULART** – Presidente, quero cumprimentar a todos e a todas que participaram de mais esta audiência pública, a 30ª, no dia de hoje, desde quando estamos discutindo nesse processo participativo, a revisão da Lei de Parcelamento de Uso e Ocupação do Solo.

Acho que diversos movimentos, diversos cidadãos, com as mais diversas demandas e apontamentos que aqui fizeram - da forma como já falei nas outras audiências públicas - todos os pleitos que foram feitos, não só pelos que participaram presencial ou virtualmente nas audiências, mas também os protocolos registrados, nós, Vereadores, estamos tratando cada um deles na finalização desse segundo substitutivo. Logo após a votação, que está prevista para a tarde de hoje, nós faremos a sua apresentação. E aí vai ficar a cargo do Presidente da Casa e também desta Comissão, quando será feito.

Então estamos partindo para a preparação final desse texto, ouvindo muito. Como disse aqui a Vereadora Silvia e vários outros Vereadores que fizeram uso da palavra, tudo o que for possível fazer e acolher dentro desse relatório será feito, será acolhido. Não tenho dúvida do empenho e do comprometimento de cada um dos Vereadores e não seria diferente por parte deste Relator.

Agradeço a participação de todos. Infelizmente, tenho que sair correndo daqui para o Colégio de Líderes, mas não poderia deixar de cumprimentar a cada um de vocês que participaram de mais esta audiência.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Tem a palavra o Vereador Sansão Pereira.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Bom, muito boa tarde a todos. Quero também cumprimentar e agradecer.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Fique à vontade, fique à vontade. Se quiser, fique à vontade.

Quero agradecer a participação e contribuição, colaboração de todos. São pessoas que têm vindo em diversas audiências públicas, muitas audiências públicas, trazendo contribuições importantes. Quero agradecer ao nosso Presidente Rubinho Nunes, que tem presidido esta Comissão com maestria, assim como também o Vereador Rodrigo Goulart, que é o Relator, já ouvimos diversos elogios, graças a Deus.

São muitas as propostas que já foram atendidas e muitas outras ainda serão, porque hoje é a primeira votação. Teremos ainda outras audiências públicas e, em seguida, a segunda votação. Muitas propostas ainda serão atendidas.

É claro, não dá para atender a todos. Nós vimos aí que pessoas, moradores, comerciantes, movimentos, profissionais, técnicos, empresários, o Movimento MTST, o povo indígena, enfim, são muitos pedidos, muitas solicitações, muitas reivindicações e às vezes não se consegue atender tudo.

Mas estamos lutando para fazer o máximo em favor das pessoas e, claro, chegar a um ponto de equilíbrio para não ficar nem para um lado nem para o outro, mas sim em favor da cidade de São Paulo.

Foi dito que o que representa a cidade de São Paulo são exatamente os 55 Vereadores que estão aqui na Câmara. É claro que cada um deles vai lutar para que a gente faça o melhor em favor da cidade.

Quero também agradecer a esta Comissão, aos técnicos que têm sempre dado apoio, a Elaine, o Inamar, o Cido, os consultores, o Nilson, o Carlos, o Pedro, enfim, todos os demais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, é só isso. Votaremos hoje, com certeza, estamos avançando. Muitas coisas boas já foram incluídas e outras ainda serão.

Uma boa tarde a todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Sansão Pereira.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública.

Tenham todos uma ótima tarde.